



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第三立法會期（二零一五—二零一六）

第一組

第 V-67 期

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2015-2016)

I Série

N.º V-67

**Data:** 25 de Novembro de 2015

**Início da reunião:** 15 horas

**Termo da reunião:** 17 horas e 33 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

**Presidente:** Ho Iat Seng

**Vice-Presidente:** Lam Heong Sang

**Primeiro-Secretário:** Chui Sai Cheong

**Segundo-Secretário:** Kou Hoi In

**Deputados presentes:** Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Tong Io Cheng, Leong Veng Chai, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

**Deputada ausente:** Chan Melinda Mei Yi.

**Convidados:** Lionel Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças;

Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Iong Kong Leong, Director dos Serviços de Finanças;

Chau Vai Man, Coordenador do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas;

Ho Cheong Kei, Coordenador do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes;

Shin Chung Low Kam Hong, Subdirector dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes;

Ho In Mui, Subdirectora dos Serviços de Finanças;

Tang Sai Kit, Chefe do Depart.º de Contabilidade Pública da

Direcção dos Serviços de Finanças;

Chan Hoi Fan, Secretária para a Administração e Justiça;

Kou Peng Kuan, Director dos Serviços de Administração e Função Pública;

Vong Iao Lek, Presidente do Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais;

Cheong Sio Hong, Assessor do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;

Wong Weng Chong, Chefe do Depart.º do Desempenho e Funcionamento Organizacional dos Serviços de Administração e Função Pública; e

To Sok I, Chefe do Gabinete Jurídico e de Notariado do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

### Ordem do Dia:

1) Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2016”;

2) Discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais”.

**Sumário:** Intervenções no período de Antes da Ordem do Dia dos Srs. Deputados Sio Chi Wai, Wong Kit Cheng, Ho Ion Sang, Chan Meng Kam, Leong On Kei, Si Ka Lon, Zheng Anting, Mak Soi Kun, Chan Hong, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Kwan Tsui Hang, Lau Veng Seng, Ng Kuok Cheong, Au Kam San e José Maria Pereira Coutinho. Apresentação, discussão, votação e aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2016” e discussão, votação e aprovação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais”.

### Acta:

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos iniciar a reunião de hoje. Há dezasseis Deputados que pediram para fazer intervenções Antes da Ordem do Dia. Segundo a ordem da inscrição, primeiro vou passar a palavra ao Sr. Deputado Sio Chi Wai.

**Sio Chi Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

A questão que quero abordar hoje tem o seguinte tema: “Apoiar o desenvolvimento do sector das convenções e exposições e promover a diversificação adequada da economia”.

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2014 realizaram-se 1055 eventos, incluindo congressos, conferências e exposições, nos quais participaram 2,61 milhões de indivíduos, o que representa um aumento anual de 30%. Mais concretamente, realizaram-se 607 congressos de empresas, representando 58% do total, seguidos de congressos de associações, de exposições e também de congressos promovidos pelo Governo. O maior número de participantes concentrou-se nas exposições, 2,49 milhões de participantes em 87 exposições, representando 95% do total. Segundo estes dados, os congressos de empresas e as exposições são os pontos fortes do sector das convenções e exposições, o que merece ponderação.

O Relatório anual sobre o mercado de congressos 2014, divulgado pela Associação Internacional de Congressos e Convenções, reconheceu os 23 congressos internacionais realizados em Macau, colocando Macau no 20.º lugar do *ranking* de cidades da Ásia-Pacífico, uma subida de 14 lugares relativamente ao ano anterior. Refere-se ainda no Relatório que o sector das convenções e exposições de Macau conseguiu, ao fim de mais de 10 anos de desenvolvimento, atrair a realização de eventos internacionais em Macau, o que só favorece a acumulação de talento e experiência. Com a optimização do modelo de gestão dos postos fronteiriços, é de crer que mais congressos internacionais se venham a realizar, por exemplo, a Feira Internacional de Macau (MIF), a *Macao International Environmental Co-operation Forum & Exhibition* (MIECF), a G2E Asia, e a Macau Auto Show, eventos reconhecidos pela Associação Internacional de Congressos e Convenções.

Tendo em conta as vantagens que Macau oferece quanto ao rumo e desenvolvimento do sector das convenções e exposições, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve aproveitar a conjuntura económica externa, isto é, o rápido crescimento da Ásia e do nosso País em particular, e as vantagens do *hardware* de Macau, ou seja, as infra-estruturas turísticas de nível mundial, e concorrer, em conjunto com o sector, para grandes projectos de conferências e exposições internacionais de alto nível.

2. O Governo e o sector das convenções e exposições devem reforçar o desenvolvimento coerente deste sector com operadores de diversas áreas, hotéis, centros de congressos, *marketing*, gestão de conferências, aeronáutica, comunicações, produção áudio e vídeo, média, restauração, reprografia, transportes internos, publicidade e compras a retalho, entre outros, formando uma cadeia industrial relacionada com o sector das convenções e exposições.

3. O sector das convenções e exposições inclui conferências, exposições, turismo de incentivos e festivais, e todas estas actividades apresentam diferentes graus de desenvolvimento. Tendo em conta os recursos turísticos existentes, o caso dos grandes hotéis, se for possível congregar as forças do sector do turismo, o desenvolvimento do turismo de incentivos poderá constituir uma mais-valia para o sector das convenções e exposições.

O sector das convenções e exposições foi, ao longo de vários anos, acumulando experiência, recursos humanos especializados e qualificados, *hardware* de nível internacional, criou marcas, etc., e,

face ao ajustamento económico, Macau vai mesmo precisar de encontrar novos factores de crescimento económico, portanto, acredita-se que o recurso a uma única indústria, com vista a conseguir as sinergias necessárias com os demais sectores, vai permitir ao sector das convenções e exposições reunir condições para se assumir como novo pilar da nossa economia. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Wong Kit Cheng.

**Wong Kit Cheng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Muitos serviços públicos são criticados, porque o seu desempenho não é o ideal. O elevar da eficácia das acções governativas é uma das prioridades das LAG, no entanto, detectaram-se, recentemente, casos de documentos com informação clínica abandonados nas vias públicas, e a emissão ilegal de passes mensais de parques de estacionamento. Isto demonstra que é total a falta de consciência de autofiscalização dos serviços no desempenho das suas funções.

Os documentos com informação clínica confidencial do hospital S. Januário abandonados nas vias públicas despertaram a atenção dos cidadãos. A autoridade competente deu uma resposta imediata, afirmando que existem instruções e regimes de fiscalização perfeitos. Após um mês de investigações, a autoridade veio afirmar que os dirigentes tinham dado instruções ao pessoal sobre o tratamento daqueles documentos, instruções que o pessoal não cumpriu. Foram então despedidos dois trabalhadores da camada de base, mas os dirigentes ficaram isentos de responsabilidades. Esta actuação não é a mais racional e tem impacto no moral dos trabalhadores de base. É evidente que os dirigentes deram instruções aos trabalhadores e que estes não as respeitaram durante dois meses sem que os dirigentes o tivessem detectado. Isto demonstra falta de iniciativa dos dirigentes na fiscalização e na salvaguarda da concretização das instruções, e demonstra que tudo depende do sentido de responsabilidade e da consciência de cada trabalhador quanto ao seguimento das instruções para tratamento de documentos com dados pessoais. Esta situação é diferente da descrita pela autoridade, quando afirma que existem instruções e regimes de fiscalização perfeitos. Neste caso, quem falhou? A quem se imputam responsabilidades? Há dois dias, foram descobertos mais parques de estacionamento que emitiram passes mensais de forma ilegal. Trata-se de mais um caso, semelhante ao dos documentos, em que não foram seguidas instruções. A DSAT entregou o trabalho e a responsabilidade de gestão do regime de passes mensais às empresas de administração dos parques e, durante anos, não tomou a iniciativa de fiscalizar. O problema não foi detectado e acabou por prejudicar gravemente o interesse público.

Olhando para estes exemplos, verificamos que alguns serviços públicos trabalham nos termos da lei, mas, se o pessoal não estiver bem preparado e se a supervisão dos superiores não for eficaz, pode haver lugar a muitos erros, acabando por se afectar a eficácia da governação. Estes exemplos são um alerta para os problemas da governação, até porque não se sabe quantos mais casos semelhantes estarão ainda por descobrir.

Sugere-se então aos serviços públicos que procedam a uma autofiscalização e à revisão periódica das instruções de trabalho e da situação de execução das medidas, deixando de dar apenas

importância aos problemas depois de estes acontecerem ou de serem descobertos pelo Comissariado de Auditoria. Todos os serviços públicos devem verificar se existem problemas destes no seu seio e nas suas políticas, e corrigir o que está mal e elogiar o que corre bem. As instruções e os métodos de trabalho podem ser aperfeiçoados através da fiscalização, e os superiores devem assumir as suas responsabilidades, para evitar que tudo isto não passe de discurso e as instruções não funcionem. As funções de supervisão que cabem aos superiores devem ser definidas num regime e, quanto às responsabilidades pelo incumprimento das instruções de trabalho, estas devem ser assumidas por quem não as executou e pelos seus superiores, com vista à concretização do princípio da responsabilidade. Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O regime de mobilidade dos funcionários públicos é uma boa via para permitir aos serviços públicos usarem os recursos humanos de forma flexível e reforçar o fluxo dos talentos. Através da mobilidade horizontal, é promovido o uso racional dos recursos humanos internos do Governo e o seu desenvolvimento integral, bem como a elevação da eficiência da equipa de funcionários e a eficácia da administração, favorecendo, assim, a construção de um Governo íntegro, de alta eficiência e elevada capacidade.

O artigo 31.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM) define que são instrumentos de mobilidade: a transferência, o destacamento e a requisição. Os trabalhadores em regime de contrato além do quadro não são os funcionários públicos a que se refere o ETAPM, por outras palavras, do ponto de vista jurídico, não há barreiras e problemas para a mobilidade dos funcionários públicos do quadro. Porém, como há falta de uma entidade de gestão para uniformizar os recursos humanos no Governo, não é frequente a mobilidade dos trabalhadores entre diferentes tutelas, a que se acresce o facto de a proporção da mobilidade real ser relativamente baixa entre diferentes serviços, por exemplo, de 2005 a 2014, a média anual de mobilidade foi de 474 pessoas, e é por isso que facilmente cada serviço público está voltado para si próprio, havendo falta de comunicação em relação à mobilidade horizontal. Mais, há que reiterar, a economia de Macau é pequena e há falta de diversificação ao nível da estrutura económica, e a ideia tradicional de “emprego para toda a vida” faz aumentar, anualmente, o número de funcionários públicos, o que agrava os encargos financeiros, e, com o aumento gradual da estrutura administrativa, existe o fenómeno da sobreposição de funções de diferentes serviços públicos, o que causa baixa eficiência administrativa e agrava a burocracia, surgindo, assim, as contradições estruturais de “haver coisas sem ninguém para as fazer e haver pessoas sem nada para fazer”.

Nestes últimos anos, o Governo referiu que, para incentivar a mobilidade adequada dos trabalhadores da Função Pública, era preciso iniciar estudos sobre a criação de um mecanismo de coordenação central de mobilidade dos trabalhadores. O desenvolvimento da carreira profissional dos funcionários públicos não se deve basear apenas na progressão, mas, sim, na mobilidade horizontal, ou seja, a mobilidade interserviços, pois é um mecanismo

indispensável para criar uma equipa de funcionários públicos com qualidade e assegurar a eficácia da operação do respectivo regime.

Ter por base a população é o lema de governação da RAEM e a reforma do regime da Função Pública tem como objectivo desenvolver plenamente as potencialidades dos trabalhadores. Assim, o Governo deve reforçar a formação da equipa de funcionários públicos e otimizar a gestão da sua carreira profissional. A nossa sociedade e economia entraram numa nova fase de desenvolvimento, e as exigências em relação à governação aumentaram, portanto, o Governo deve estudar a criação de mecanismos sistemáticos e regulares de mobilidade dos trabalhadores, e a formação de uma equipa de funcionários públicos com qualidade, aumentar a sua vitalidade, evitar a contratação de familiares e eliminar a burocracia, bem como a situação de cada serviço actuar à sua maneira e o mecanismo de competitividade. Há que desenvolver a carreira profissional dos funcionários públicos, otimizar os recursos humanos e promover a sua utilização racional, equilibrar a distribuição do pessoal dos diversos departamentos, elevar a eficácia administrativa e promover a implementação de um governo responsável e de prestação de serviços. Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

**Chan Meng Kam:** Obrigado, Sr. Presidente.

Revelou o Chefe do Executivo na apresentação das LAG para 2016 que o Governo vai rescindir, mediante acordo com o empreiteiro, o contrato relativo às obras de construção do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro na Taipa e, segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, na melhor das hipóteses, o respectivo concurso apenas poderá ser novamente lançado no 2.º ou 3.º trimestre do próximo ano. Se assim for, a entrada em operação registará um atraso de três a quatro anos, pois, segundo os *media*, provavelmente apenas terá lugar em 2020, ou seja, sem contar com a linha de Macau, isto só vai acontecer vinte anos depois do lançamento do projecto em 2001. Parte do traçado foi definida após consulta e estudo, em 2009, e as obras da linha da Taipa tiveram início em 21 de Fevereiro de 2012. Assim, apelo ao Governo para colocar mãos à obra, queimando etapas no processo de acordo, a fim de o contrato ser rescindido e serem lançados o concurso e as obras, o mais breve possível, porque a espera já é longa.

As obras de construção desse parque, adjudicadas em 26 de Janeiro de 2012, com um prazo de execução de 1015 dias, segundo o projecto inicial, deviam ter ficado concluídas no corrente ano, em conjunto com as obras de construção das onze estações, para então se poder testar as carruagens e dar início à operação no próximo ano. Contudo, desde a adjudicação, devido a deficiências congénitas, o Governo e o empreiteiro têm estado envolvidos, há mais de três anos, numa guerra de litígios judiciais e negociações. Mesmo que as obras de construção dos viadutos suspensos com 8,39 km e das onze estações estejam concluídas, sem o parque, o metro não circula.

O compromisso sobre a data da entrada em circulação do metro deixa assim de poder ser honrado, mas dele podemos retirar, seriamente, experiências e lições. Primeiro, as obras de execução das fundações e da superestrutura foram adjudicadas em separado, correndo assim rumores de que teria havido deslocamento de estacas e que o empreiteiro das obras da superestrutura iria sofrer prejuízos na sua execução no valor de 555 milhões de patacas. Seja como for, se o empreiteiro tiver a coragem de recorrer aos tribunais, a fim de

resolver o litígio e ter trunfos para negociar com o Governo, então parece-me que este está em posição desfavorecida, pois como é que vistoriou e recebeu as obras das fundações em 2012? Se houve defeitos nessas obras, o empreiteiro tem, ou não, de assumir as responsabilidades? Nestes últimos três anos, nunca foi divulgado o que levou o empreiteiro de execução da superestrutura a ter a coragem de denunciar unilateralmente o contrato.

Recentemente, o Secretário Raimundo do Rosário respondeu da seguinte forma: “as partes ainda não finalizaram os pormenores da rescisão do contrato”.

Os empreiteiros apenas querem lucros, por isso vai ser necessário utilizar erário público para a rescisão do contrato. No passado, os dirigentes tentavam sempre resolver as questões “tapando o fogo com papel”, mas eu acredito que a sociedade vai apoiar o Governo, desde que este seja claro, transparente e justo, e resolva as questões ao abrigo da lei. Assim, espero que o Sr. Secretário seja franco durante o debate das LAG.

Nas LAG para 2016, o melhoramento da área dos transportes é referido da seguinte forma: “*No próximo ano, serão concluídas as obras de construção da estrutura das 11 estações do Metro Ligeiro na Taipa...; já estão em curso estudos sobre a viabilidade da Linha de Seac Pai Van...; o Governo já deu início à preparação da extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra...; No que respeita à Linha da Península de Macau, o segmento sul será alterado, prevendo-se a sua conclusão no próximo ano. Serão iniciados estudos técnicos relativos ao Traçado Marginal do Segmento Norte...*”. Atrasos na linha da Taipa; gastaram-se dez milhões e oitocentas e cinquenta mil patacas em 2013 para o estudo da viabilidade da Linha de Seac Pai Van; a extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra já foi referida há anos; o concurso para o segmento sul da Linha da Península de Macau já devia ter sido aberto neste ano; e foi prometido que o segmento norte da Linha da Península de Macau ia ser definido em Junho passado. Isto são só retrocessos e as pessoas de Macau estão muito desanimadas, porque só se vêem estudos e mais estudos, alterações e atrasos!

O Governo da RAEM sempre salientou que o ponto mais importante das LAG é a melhoria dos transportes, pois o desenvolvimento sustentável está dependente disso. Se não houver determinação, será difícil melhorar o sistema de transportes de Macau controlando apenas o número de viaturas através do aumento dos impostos e diminuindo o tempo de isenção das inspecções obrigatórias. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Conforme os resultados das Projeções da População de Macau 2011-2036, divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), até 2036 Macau vai ser uma sociedade hiperenvelhecida. Prevê-se que o peso da população idosa (com 65 anos ou mais) não pare de subir, de 7,3 por cento em 2011 para 20,7 por cento em 2036. Mas as políticas actualmente adoptadas, no âmbito da garantia da vida pós-aposentação e serviços de saúde para idosos, não servem para dar resposta às necessidades reais. Macau vai transformar-se numa sociedade hiperenvelhecida, por isso, o Governo deve dar atenção, o mais breve possível, às eventuais questões ligadas aos serviços para idosos e proceder aos devidos

estudos para adopção de políticas, devendo ainda implementar, o mais cedo possível, medidas para resolver, efectivamente, os problemas existentes, para dar resposta aos desafios e impactos decorrentes do envelhecimento populacional, a fim de garantir que a população idosa tenha uma vida condigna na aposentação.

O estabelecimento da especialidade de geriatria, com consulta exclusiva para idosos, e do Posto de Saúde para os Idosos da Taipa visa facilitar aos idosos o acesso aos serviços de saúde, mas não consegue ainda satisfazer as necessidades da população. No Relatório das LAG para este ano, refere-se que a zona de cuidados gerais, situada nas Ilhas, vai ser transformada, gradualmente, numa zona de internamento para idosos, com vista a melhorar os respectivos serviços de saúde, no âmbito de diagnóstico e tratamento. Mas é de crer que tal medida não serve para dar resposta às exigências da população numa sociedade de envelhecimento populacional. O Governo deve, tendo em conta a futura tendência do desenvolvimento social, fazer bem os trabalhos de triagem ao nível de consulta para idosos, definindo planos de formação de médio e longo prazo para o pessoal médico e de enfermagem, a fim de resolver a questão da saúde para idosos, no futuro.

Além disso, o Governo defende a prestação domiciliária de cuidados aos idosos. Nas LAG, as autoridades referem que, para garantir o desenvolvimento sustentável dos cuidados prestados por longo período, vão organizar formação específica para os gestores e técnicos da área de prestação domiciliária de cuidados, dos centros de dia e dos lares de idosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço e o desempenho. No entanto, os organismos comunitários que prestam cuidados de reabilitação e outros tipos de serviços, no domicílio e nos centros de dia e hospitais, têm falta de recursos humanos, instalações e equipamentos. Portanto, para fazer face às mudanças demográficas, o Governo deve definir, o mais breve possível, um plano de médio e longo prazo para a formação de profissionais de enfermagem, por forma a melhorar os serviços e as instalações de cuidados comunitários para os idosos, respondendo assim ao aumento da procura neste âmbito. Ao mesmo tempo, deve reforçar os cuidados geriátricos e outros serviços complementares, por exemplo, entrega de refeições ao domicílio e descanso por turno dos profissionais, integrando os cuidados de saúde e os cuidados comunitários. Desta forma, vai ser garantido o acesso de todos os idosos a cuidados de qualidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

**Si Ka Lon:** Obrigado, Sr. Presidente.

O Governo divulgou, há dias, as Bases Gerais do Plano de Desenvolvimento Quinquenal, o que entusiasma a sociedade, porque as ideias governativas e prospectivas do Governo podem ser, finalmente, concretizadas. Nas referidas Bases Gerais, foram apresentados 7 objectivos principais e 22 subobjectivos, com a criação de um sistema aperfeiçoado de indicadores de avaliação e a organização dos projectos prioritários para o futuro, com a expectativa de, até 2035, construir uma cidade vocacionada para o turismo, voltada para o lazer, direccionada para se tornar num centro de qualidade mundial, com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento, de turismo e de recreação, ao nível internacional. As Bases Gerais, enquanto plano director do desenvolvimento socioeconómico e das acções da RAEM para os próximos cinco anos, representam um progresso quanto à tomada de decisões com base em critérios científicos, de quantificação dos objectivos e de avaliação assente em indicadores definidos. Para

aperfeiçoar as Bases Gerais, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar, quanto antes, uma base de especialistas e reforçar a realização de estudos temáticos. O Plano de Desenvolvimento é global e visa coordenar, do nível superior ao inferior e integralmente, os assuntos mais relevantes ligados ao desenvolvimento socioeconómico, exigindo, pois, que os académicos e especialistas dominem os assuntos internacionais, do País e ainda locais, para se fazer um planeamento. Assim, os especialistas devem ser consultados, para reunir a sabedoria profissional, pois não se trata de uma consulta geral de políticas.

Quanto aos trabalhos de elaboração do 13.º Plano Quinquenal do Estado, por exemplo, apesar de os mesmos terem sido levados a cabo pelo Departamento de Desenvolvimento e Planeamento da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, foi criado ainda, durante o processo de elaboração, o Conselho de Especialistas para o 13.º Plano Quinquenal do Estado e foram realizados trabalhos de estudos preliminares relativos às matérias mais relevantes, por forma a adiantar, significativamente, os trabalhos preparatórios da acção governativa.

Em relação à Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, recentemente criada e composta principalmente por governantes, o Governo deve convidar especialistas internacionais, locais e do Interior da China para nela se integrarem, no sentido de criar uma base de especialistas, em prol da efectuação de estudos profundos sobre o desenvolvimento económico, construção social, reforma do sistema legal, etc. Tudo isto contribuirá para melhorar os trabalhos preparatórios das acções governativas, para que não se registem tantos estudos preliminares nas futuras acções governativas, mas, sim, políticas maduras.

2. Quantificar os objectivos de planeamento e definir claramente os rumos de prosseguimento. Nos planos de base apresentados, o Governo limitou-se à indicação dos objectivos gerais, sem os quantificar claramente. Este deve proceder, quanto antes, à sua clarificação através do apoio de especialistas, incluindo pareceres e avaliação. A meu ver, os objectivos devem ser definidos de forma concreta, clara e racional, e ser mensuráveis e concretizáveis. Deve deixar-se de recorrer à redacção abstracta e ambígua, focando a parte “concretizável” e aplicando o termo “construído”, ao invés de “a construir”. É ainda necessário definir claramente os sujeitos e rumos para prosseguimento de objectivos. A sua eventual concretização deve fazer parte das atribuições e da avaliação do desempenho dos diversos serviços.

3. Reforçar a comunicação e colaboração com o referido Departamento. O desenvolvimento e planeamento do Estado está estreitamente relacionado com o da RAEM. O referido Departamento é responsável pela decisão e estudo sobre o desenvolvimento do Estado, e o Governo da RAEM deve reforçar a comunicação e a colaboração com o mesmo. O Conselho de Especialistas deste Departamento, composto por académicos de elite de diversas vertentes, do Interior da China, forma uma base de sabedores excelentes, e Macau deve pedir-lhe apoio. Por um lado, deve recorrer-se à partilha de recursos ao nível de especialistas em prol do desenvolvimento e planeamento de Macau. Por outro, é necessário estabelecer mecanismos de colaboração, para os académicos de elite deste Departamento assumirem o papel de formadores nas acções de formação de Macau, contribuindo para a criação de uma equipa e de uma base de sabedores, no âmbito do desenvolvimento e planeamento. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

**Zheng Anting:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Atendendo às rápidas mudanças socioeconómicas registadas nos últimos anos, os resíduos domésticos e comerciais da cidade têm aumentado. Como os recursos de solos são preciosos e raros, a fim de tratar bem dos resíduos sólidos, que são cada vez mais, há que lançar políticas e medidas aperfeiçoadas no âmbito da protecção ambiental.

Segundo a DSPA, em 2014, a Central de Incineração recebeu uma média de 1240 toneladas de resíduos sólidos por dia, e 452,6 mil toneladas durante o ano. No ano passado, a produção de resíduos domésticos *per capita* atingiu 1,97 quilos por dia, uma distância significativa para os 1,36 quilos registados em Hong Kong, e, para além disso, superou, pelo menos em mais uma vez, os valores de Pequim, Xangai e Cantão. Isto é grave. Segundo o sector, é possível recolher no máximo 500 toneladas de resíduos por dia, e a sua reutilização passa por um processo de selecção, separação, limpeza, armazenamento, reexportação e reciclagem. Se ninguém recolher os resíduos, estes recursos acabam nos aterros ou na central de incineração, provocando uma poluição secundária do ambiente. A recolha é feita na linha de frente e o material reciclável é encaminhado para as empresas respectivas, com vista à sua selecção e separação, e só depois é que chega às grandes operadoras para reciclagem. As pequenas empresas deparam-se com vários problemas, rendas elevadas, envelhecimento da maquinaria, e multas por obstrução das ruas, enquanto as grandes operadoras da reciclagem se debatem com falta de terrenos para o armazenamento e embalagem dos resíduos e com dificuldades em recuperar dos custos decorrentes do agravamento da conjuntura externa e da queda do preço dos materiais ecológicos, portanto, a sobrevivência do sector é cada vez mais difícil.

Segundo o Relatório das LAG para 2016, a protecção ambiental tem sido uma das principais prioridades governativas. Portanto, o Governo vai implementar, gradualmente, o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, aplicando o princípio do “poluidor-pagador”, e vai estudar a viabilidade de adoptar medidas de apoio para o sector da reciclagem. Concordo plenamente com isto. Para posicionar Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, há que definir políticas de protecção ambiental e estratégias a longo prazo para o tratamento dos materiais recicláveis, nomeadamente:

1. Apoiar o sector da reciclagem e definir, quanto antes, as respectivas medidas de apoio, elevar a qualidade do sector, incentivar o intercâmbio com as regiões mais desenvolvidas e aperfeiçoar as técnicas de tratamento dos materiais recicláveis, a fim de maximizar os efeitos económicos;

2. Enviar os materiais inertes e os veículos abatidos para zonas indicadas na Província de Guangdong, com vista ao seu tratamento através de métodos não nocivos, e definir a respectiva calendarização, a fim de reduzir a pressão do tratamento destes em Macau; e

3. Definir medidas concretas de “redução dos resíduos a partir da

fonte”, criar um sistema de tratamento selectivo de resíduos, promover a sua recolha selectiva, e recorrer à revisão das leis, às acções de sensibilização e ao aumento da consciência cívica, para que a população assuma a sua responsabilidade social de proteger o ambiente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Os residentes não solicitaram habitações públicas ao Governo, esperam, sim, que este defina as políticas respectivas e resolva as infiltrações de água!

O nosso Gabinete de deputado recebeu várias queixas sobre infiltrações de água. Depois das averiguações efectuadas por profissionais a uma das fracções, verificou-se que o problema estava na fracção do andar superior e, na sequência disso, os serviços competentes enviaram uma carta ao proprietário, mas este não efectuou as obras necessárias para resolver o problema. O caso foi levado a tribunal, e só se conseguiu justiça ao fim de 6 ou 7 anos. Um outro caso teve a ver com infiltrações de água na fachada de um edifício. Durante as averiguações, detectou-se que a infiltração não era na fachada do andar logo a seguir ao da fracção em causa, mas, sim, na fracção dois andares acima.

Recentemente, registou-se uma infiltração de água dos esgotos através da porta e para o interior de uma loja do Edifício Peónia, pondo em causa a saúde e o ambiente. Após reclamação dos residentes e com o apoio do nosso Gabinete de deputado, o IACM foi rápido a destacar pessoal para o local, rapidez que foi aplaudida tanto pelos moradores como pelos lojistas.

Neste último caso, mesmo com o apoio da empresa de gestão de condomínios e da associação dos condóminos, os proprietários do edifício ainda não conseguiram chegar a um consenso, e o caso continua por resolver. Se essas infiltrações acontecessem nas vossas casas, conseguiriam aguentar? Actualmente, os residentes só podem recorrer a leis obsoletas e ao tribunal, mas isso demora muitos anos, o que significa que as leis actuais não conseguem resolver atempadamente estes problemas. Há dias, durante o debate das LAG, o Governo respondeu às perguntas relacionadas com as infiltrações de água da seguinte forma: “o Governo vai estudar e implementar um procedimento especial e resolver os casos de infiltração de água através de um processo cível. Este procedimento vai, através de uma ordem emitida pelo juiz, obedecendo a certos critérios e respeitando a privacidade das pessoas, reparar as fracções em causa. Este estudo vai ao mesmo tempo analisar a reforma do Código de Processo Civil. Em princípio esta questão vai ser resolvida”. Alguns residentes pediram-me para colocar a seguinte questão ao Governo: quanto tempo é que vamos ter de esperar pela nova lei? Quantos meses?

Para além das referidas sugestões, o Governo, que funciona segundo o modelo da predominância do poder executivo, não tem mesmo medidas para resolver as graves infiltrações de água? Segundo especialistas e académicos, só se o Governo coordenar bem os serviços e considerar as necessidades dos cidadãos é que os problemas que os incomodam podem ser resolvidos. Por exemplo, alterar o “Regulamento Geral da Construção Urbana”, para regular claramente que os proprietários são responsáveis pela inspecção das suas fracções de 5 em 5 anos. Contudo, devido à desactualização das

leis, esta regra não é obrigatória e nem sequer há sanções. Alguns residentes pediram-me para apresentar algumas sugestões ao Governo, por exemplo, que este deve tomar como referência o método e o regime da inspecção de veículos, que é feita ao fim de 10 anos e, no caso das fracções, se os proprietários não obedecerem, devem ser sujeitos a uma punição, isto é, à interdição da fracção. O Governo deve ainda elaborar uma lista dos edifícios que já têm alguns anos e que devem sujeitar-se a inspecção obrigatória, e, quanto aos edifícios que forem aprovados nessa inspecção, deve ser emitido um certificado, e quanto aos que não forem, têm de proceder às reparações e manutenção necessárias num prazo definido, senão haverá lugar a multa. Quanto aos que, depois da reparação, não conseguirem ser aprovados, a multa será agravada, e se continuarem a não conseguir aprovação, as multas continuam até que o consigam. Para resolver o problema das infiltrações, há que agir com pragmatismo ao nível jurídico, e ir ao encontro da fonte do problema.

Pergunto então, sobretudo aos dirigentes, especialistas, académicos e juristas, o seguinte: se há uma infiltração no andar de cima que afecta o vizinho de baixo, mas o seu proprietário não deixa resolver o problema e, para além disso, se a administração do condomínio também não chega a um consenso sobre a reparação das paredes e dos esgotos, e, claro, os residentes é que são gravemente afectados, se o Governo não definir um regime de inspecção obrigatória nem consagrar as respectivas sanções, como é que se resolve o problema das infiltrações de água? Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Hong.

**Chan Hong:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em Outubro do ano passado, apresentei uma interpelação escrita relativa aos trabalhos legislativos sobre os regulamentos estipulados no “Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior” (Lei n.º 12/2010), referentes à avaliação do desempenho e desenvolvimento profissional dos docentes, e ainda sobre a alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (Decreto-Lei n.º 67/99/M) e dos tempos lectivos semanais dos docentes das escolas públicas. Segundo a resposta da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), a respectiva proposta de lei já se encontrava em processo legislativo e, quanto ao diploma próprio da avaliação do desempenho dos docentes e actividades de desenvolvimento profissional, este deve ser baseado no referido Estatuto, por isso, depois da publicação da revisão do mesmo, os diplomas legais que o complementam seriam definidos o mais rápido possível.

No entanto, até à data, isto não foi concretizado. O Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) devia ter sido entregue à Assembleia Legislativa na segunda metade de 2012, só que isto ainda não foi feito. Sem uma revisão do mesmo, os diplomas complementares não podem ser definidos, o que afecta a eficiência dos respectivos trabalhos, a qualidade do ensino e o desenvolvimento das escolas públicas. Perante as necessidades prementes dos docentes do ensino público, as autoridades não devem continuar a atrasar o processo. Neste momento, os docentes das escolas públicas têm mais tempos lectivos semanais do que os das privadas, e também têm de abranger a educação especial e a educação integrada, por isso, se a carga lectiva semanal não for reduzida, dificilmente têm mais tempo e força para formar e educar adequadamente os alunos.

Espero que as autoridades possam concluir, quanto antes, a revisão do projecto do Decreto-Lei n.º 67/99/M - Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, e proceder a consultas, atempadas, junto do sector da educação, nomeadamente, dos docentes do ensino público da linha de frente, dando importância às suas opiniões e sugestões.

Segundo a referida resposta do ano passado, os trabalhos de estudo preliminar do diploma próprio da avaliação do desempenho dos docentes e actividades de desenvolvimento profissional foram efectuados. Porém, passado um ano, não se verifica qualquer avanço. Espero que as autoridades possam definir conteúdos e medidas mais concretas para os critérios, procedimentos e formas de avaliação, e para a criação das comissões de avaliação, para divulgar estas matérias, quanto antes, aos docentes do ensino público e consultar as suas opiniões. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Chi Seng.

**Ma Chi Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Com vista à construção de Macau como “centro mundial de turismo e lazer” e “plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, o Governo tem trabalhado muito, nomeadamente, desde o final do ano passado. Organizou a 4.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criou vários Centros, o de Serviços Comerciais para as PME da China e dos Países de Língua Portuguesa, o de Distribuição de Produtos Alimentares e o de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os referidos países e, ao longo de vários meses, organizou e informatizou dados sobre os recursos, governos, estabelecimentos de ensino, empresas e associações destes países. Em Abril passado, entrou em funcionamento o portal para a Cooperação nas áreas Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e existem já bases de dados suficientes sobre produtos alimentares, serviços especializados bilingues e recursos humanos. No entanto, queria ainda apresentar duas sugestões, no âmbito da divulgação, promoção e articulação destas bases de dados:

Primeiro, o Governo deve promover mais medidas para a cooperação comercial, com base nas informações disponibilizadas na internet. Estou especialmente atento à base de dados dos produtos alimentares dos países lusófonos, que constitui já uma via para os pequenos comerciantes e para os comerciantes de venda por grosso, contudo, os serviços competentes não deverão reforçar o apoio ao nível da logística e dos procedimentos de importação e exportação? Com vista a evitar obstáculos às trocas comerciais, sugiro aos serviços competentes a disponibilização de mais informações sobre a importação e exportação (ao nível jurídico e dos métodos e procedimentos). Devem ainda contabilizar quantos comerciantes recorreram a esta via e quantos produtos são transaccionados anualmente através da mesma.

Segundo, existe uma base de dados de bilingues e de talentos com mais de 200 pessoas, em que 90% são talentos da área da tradução e os restantes 10% são juristas bilingues, economistas, profissionais das convenções e exposições, da logística e ainda guias

turísticos bilingues. Sugiro ao Governo a promoção activa de serviços bilingues e o registo de talentos, e ainda o aumento da cooperação com as instituições de ensino superior e associações profissionais, com vista a promover mais cursos profissionais bilingues. Com o intuito de transformar Macau numa plataforma comercial entre a China e os países lusófonos, é estritamente necessário que o Governo aumente a formação e a acreditação, e que os talentos bilingues consigam emprego na sua área, com vista a atingir as estratégias traçadas para Macau no 12.º e no 13.º Plano Quinquenal do País.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Os trabalhadores não residentes (TNR) estão espalhados por todos os sectores. Actualmente, não é permitido importar trabalhadores para funções de *croupier*, supervisor-chefe e motorista. Durante uma reunião recente do Conselho Consultivo do Trânsito, uma concessionária de autocarros voltou a pedir a importação de motoristas. Os motoristas locais estão preocupados, porque, se o pedido for autorizado, e não houver rigor na fiscalização do Governo quanto à gestão dos TNR, os residentes vão acabar por perder as últimas oportunidades de emprego, sobretudo os de meia-idade que não têm habilitações académicas elevadas.

Os residentes estão muito insatisfeitos com os serviços de autocarros, sobretudo durante as horas de ponta, pois é difícil apanhar autocarro e, quando se consegue, os autocarros circulam muito devagar devido aos engarrafamentos. Segundo opiniões do referido Conselho, a capacidade das estradas está quase no limite, por isso, a velocidade dos autocarros, durante as horas de ponta, anda à volta de dez quilómetros por hora e, mesmo aumentando a sua frequência, será difícil alcançar os resultados desejados. O mero aumento dos recursos humanos, sem resolver o problema a partir da fonte, não contribui para resolver a redução da velocidade de circulação dos autocarros, a má qualidade dos serviços e os longos intervalos de frequência dos autocarros, entre outros problemas. O pior é que os motoristas são às vezes alvo da indignação dos passageiros, o que os pressiona psicologicamente, e, se juntarmos a isto a complexidade das vias e o aumento do tempo de circulação, o desgaste físico é cada vez maior. São estas as principais razões que levam os motoristas a abandonar a profissão, sem atrair sangue novo.

O constante aumento dos turistas e da população e os atrasos nas obras do Metro Ligeiro, sem prazo de conclusão, agravam as necessidades quanto aos serviços de transportes públicos. A implementação da política de primazia dos transportes públicos e a criação de vias exclusivas para autocarros, permitindo a sua circulação rápida nas horas de ponta e o aumento da sua frequência, podem incentivar o uso dos transportes públicos, reduzir a utilização de veículos privados, aliviar a pressão do trânsito, facilitar a circulação dos autocarros e atenuar a pressão dos condutores. No entanto, as autoridades não conseguiram implementar, eficazmente, a política e os trabalhos sobre esta matéria. A implementação de uma via exclusiva entre a Barra e a Doca do Lam Mau, agendada para Agosto deste ano, foi adiada para o próximo ano. São lentos os trabalhos de reorganização de carreiras, de optimização do ambiente de espera e de construção de instalações para formação de filas, e

tudo isto só foi apresentado, mas não realizado, deixando a população desiludida e demonstrando que as autoridades não têm força para solucionar os problemas de trânsito.

Com os problemas por resolver, contratar mais pessoal não vai contribuir para aumentar a frequência dos autocarros nem melhorar a qualidade dos serviços. Se for permitida a contratação de não residentes para as funções de motorista, isto vai afectar, significativamente, as oportunidades de emprego e de mudança de emprego dos trabalhadores locais, contribuindo para menos escolhas e um menor desenvolvimento da carreira.

A economia de Macau está a abrandar, mas há muitas vezes que pedem a importação de motoristas, o que preocupa os trabalhadores locais! Exorto as autoridades a manterem a política de não importação de motoristas, para os condutores locais ficarem descansados e se concentrarem no trabalho, com vista à coadunação com a reforma e optimização do sector, e ainda a empenharem-se em aperfeiçoar a situação rodoviária e as condições laborais, de modo a conseguir um desenvolvimento saudável e proporcionar serviços de autocarros de qualidade. Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

**Kwan Tsui Hang:** Obrigada, Sr. Presidente.

Até Setembro do corrente ano, existiam mais de 246 mil veículos motorizados em Macau, no entanto, o aumento das vias ainda está muito aquém do aumento dos veículos. A fim de reforçar o controlo dos veículos, as autoridades iniciaram os trabalhos relativos ao plano de inspecção dos veículos com 8 anos, cuja implementação acontecerá em 2017, segundo as previsões.

Contudo, qual é o objectivo da redução do prazo de inspecção dos veículos: controlar o aumento de veículos ou manter a qualidade do ar? As autoridades ainda não esclareceram isto!

Segundo as normas de emissão dos veículos a *diesel* e de inspecção dos gases de escape dos veículos a gasolina, os gases emitidos pelos veículos ligeiros em uso há mais de 10 anos não ultrapassam, em geral, os padrões definidos. E, no caso dos veículos para fins comerciais e sujeitos a inspecção anual, os gases emitidos também não vão ultrapassar os padrões definidos... basta que seja efectuada uma pequena manutenção antes da inspecção. Para incentivar os cidadãos a usarem veículos ecológicos, as autoridades começaram em 2012 com um desconto de 50% no imposto sobre veículos até ao máximo de 60 000. No entanto, ainda são vários os veículos beneficiados que não conseguem sequer atingir as Normas Euro V. Chegou até a ser ponderada a inclusão, no plano de apoio financeiro para abate dos veículos a *diesel*, da substituição por novos veículos cuja conformidade com as normas de emissão era ainda menor. Sinceramente, estas medidas contrariam as políticas de controlo de veículos e de protecção ambiental. Então, para concretizar os objectivos governativos de controlar os veículos e proteger o ambiente, há que cancelar a bonificação relativa ao imposto sobre veículos ecológicos e apertar os padrões para os veículos importados.

Se os transportes públicos continuarem não acessíveis e a “luta” pelas vias entre peões e veículos e os perigos ao atravessar as ruas não forem resolvidos, é impossível reduzir a utilização de meios de transporte particulares.

Neste momento, o Governo deve encarar a realidade e pensar que, mesmo sem Metro Ligeiro, ainda tem de definir as políticas de trânsito para os próximos dez anos e promover melhores serviços de transporte público, a fim de reduzir o uso de veículos particulares e de optimizar o trânsito em geral.

Com vista à implementação eficaz das medidas de controlo de veículos, há que mudar o pensamento de “ter por base os veículos”, acelerar a optimização do ambiente pedonal e aumentar as instalações pedonais nas diversas zonas, a fim de incentivar as deslocações a pé; há que melhorar as paragens de autocarro de forma a facilitar a formação de filas, reformular as carreiras de autocarros e implementar corredores exclusivos para transportes públicos. Para que os pais reduzam o uso dos seus veículos para transportar os seus filhos, há que estudar a viabilidade da criação de transportes escolares, para transportar os alunos que vivem numa mesma zona. O Governo deve liderar a implementação de horários flexíveis e incentivar as empresas privadas a fazerem o mesmo, a fim de atenuar a pressão do trânsito nas horas de ponta. Só é possível resolver os actuais problemas do trânsito com a concretização das políticas de controlo de veículos e da primazia dos transportes públicos, optimização do ambiente pedonal e incentivo aos passeios ecológicos. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

**Lau Veng Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em meados deste ano, uma instituição realizou uma pesquisa sobre a interligação entre o planeamento da carreira profissional dos jovens de Macau e a situação de compra de habitação. Segundo os resultados da referida pesquisa, apenas 9,2% dos inquiridos trabalham numa área directamente ligada aos cursos frequentados, e muitos inquiridos consideram que ter uma casa própria é um passo importantíssimo para o planeamento da sua vida. Assim, a fim de adquirir uma casa, muitos jovens optaram por uma profissão melhor remunerada, desistindo, pois, do seu sonho ou da oportunidade de desenvolver as suas competências.

Depois de concluírem os seus estudos, os jovens deviam aproveitar a fase etária de maior energia, e mais dourada, e consolidar bem a base da sua carreira profissional. No entanto, “adquirir uma casa” e “casar e constituir lar” são ideias enraizadas na mente dos chineses, por isso, ao iniciar a própria carreira profissional, alguns jovens, influenciados pela família ou por pessoas mais velhas, dedicam os seus esforços e recursos na procura de uma habitação. Há também jovens que, para ter uma habitação própria o mais rápido possível, até põem de lado a sua especialidade e abandonam as suas ambições, investindo todo o seu dinheiro numa habitação. Se se mantiver esta tendência, será difícil a reserva de talentos de Macau contribuir para proporcionar benefícios a longo prazo e haverá também impactos no desenvolvimento socioeconómico sustentável.

A origem dos referidos problemas relaciona-se com a educação na adolescência. Os jovens pensam pouco no seu futuro por falta de conhecimentos sobre o planeamento da carreira. Assim, sugiro às autoridades que a elaboração de políticas de formação de quadros qualificados incida em primeiro lugar na educação dos jovens, por exemplo, proporcionar aos estudantes do ensino primário e secundário um curso de educação cívica, cujos programas devem

abrançar a estratégia nacional “Uma Faixa, Uma Rota” e a estratégia de desenvolvimento “Um centro, uma plataforma”, para o futuro de Macau, a fim de os jovens poderem conhecer bem o rumo de desenvolvimento e agarrar as oportunidades que vão surgir futuramente e, por conseguinte, revelar a sua capacidade. Quanto ao planeamento da carreira, muitas associações de Macau têm também rica experiência na realização de palestras, por isso, as escolas podem organizar, em conjunto com elas, os respectivos cursos ou *workshops*, para conduzir os jovens ao autoconhecimento e encorajá-los a perseguir o seu sonho.

Entendo a necessidade dos jovens de aquisição de habitação, mas, em breve, o Governo vai reservar, na zona A dos novos aterros, terrenos suficientes para a construção de habitação pública, por isso, os jovens podem dedicar-se ao desenvolvimento da sua carreira dentro deste prazo de espera, e aproveitar as novas oportunidades de desenvolvimento para ganhar o primeiro “pote de ouro”, e não devem considerar que a compra de uma habitação é o seu objectivo final na vida. Espero que os jovens revelem todas as suas capacidades, pois só assim é possível haver sucesso em diferentes sectores, bem como o nascimento constante de quadros qualificados.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Sim.

A intervenção que quero abordar hoje tem a ver com o seguinte desejo: que não nos esqueçamos de olhar para as oportunidades decorrentes do desenvolvimento da nova conjuntura mundial quando colocamos o foco da atenção na articulação com o futuro desenvolvimento da construção de “Uma Faixa, Uma Rota”.

Conforme o acordo alcançado entre os 12 países do Tratado de Parceria Transpacífico no dia 5 de Outubro, no quadro do actual sistema comercial, será formada uma zona de comércio livre para benefício mútuo entre os países signatários, que representam 40% da economia mundial. Apesar de ser a 2.ª maior economia, o Interior da China não está abrangido pelo tratado, por não reunir determinadas exigências. No entanto, a RAEM não deve negligenciar as oportunidades para participar no comércio livre mundial, nem subestimar as suas vantagens, devendo, sim, contribuir para o envolvimento da China no desenvolvimento mundial.

O acordo prevê requisitos de ingresso exigentes, tais como o levantamento de barreiras aduaneiras e não aduaneiras ao comércio livre e ao investimento, e a melhoria dos direitos e condições dos trabalhadores, o que não foi vantajoso para o Interior da China, que é a 2.ª economia do mundo. Porém, dado que em Macau se aplica desde sempre o comércio livre, a RAEM tem condições para ultrapassar esta fasquia.

Mais concretamente, a RAEM deve analisar, de forma aprofundada, os requisitos de adesão ao tratado, nomeadamente, o levantamento de barreiras aduaneiras e não aduaneiras ao comércio livre e ao investimento, e a melhoria dos direitos e condições dos trabalhadores, por forma a verificar se reúne aquelas condições ou, caso contrário, o que deve fazer para melhorar.

O Governo deve estudar a viabilidade de aderir ao tratado e encetar contactos com o Governo Central no âmbito das relações diplomáticas. Na realidade, o nosso País aceita o desenvolvimento

diversificado, razão pela qual se criou a nossa região administrativa especial. Queria dizer que o Governo da RAEM, para além de toda a colaboração com as políticas do País, por exemplo, com a construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e a participação conjunta nas acções e concepção do desenvolvimento, deve ter mesmo conhecimento, estar inteirado, das nossas próprias condições e características, pois, se estiverem reunidas as condições para o desenvolvimento das nossas vantagens, podemos ajudar o desenvolvimento do País. Devemos agarrar bem essas oportunidades, em vez de ficarmos à espera das ordens do Governo Central.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Ninguém é contra a democracia, mas, atendendo aos diversos entendimentos, sobretudo, às diferentes opções e interesses de indivíduos e grupos, são várias as interpretações sobre a democracia e a forma da sua concretização.

Apesar disso, o essencial é que se trata de um regime político em que os poderes dos governantes são delegados pelo povo e as suas acções governativas correspondem aos desejos do povo e dão resposta às suas reivindicações. O povo pode, através de eleições, delegar poderes nos governantes e, quando estes não desempenham bem as suas funções, há mecanismos para recuperar esses poderes. Existe então uma relação estreita entre a democracia e o sufrágio universal. Este não reflecte tudo, de facto, mas um regime político sem sufrágio universal não é um regime democrático.

Em Macau, o artigo 26.º da Lei Básica define o direito dos residentes a eleger e a ser eleitos, direito este que é assegurado por esta lei constitucional, assim, todos os residentes permanentes de Macau, desde que tenham a idade prevista na lei, devem ter o direito de eleger e de ser eleitos nos termos da lei e, partindo deste raciocínio, deviam poder eleger o líder da RAEM. No entanto, ao longo dos últimos 16 anos, este direito não foi plenamente concretizado, pois são apenas 400 as pessoas que têm direito a eleger o Chefe do Executivo. Numa eleição que é das mais importantes para a RAEM, mais de 99% dos residentes são afastados, não podendo exercer o seu direito de eleger e de ser eleitos. Nas eleições da Assembleia Legislativa há sufrágio directo, mas os residentes só podem eleger 14 dos 33 deputados. E quanto ao sufrágio indirecto, também é uma forma de eleição a que, na realidade, só poucos podem aceder, só quem pertence às associações, que, por sinal, são poucas (em Macau existem 6000 associações com qualidade de pessoa colectiva, mas só algumas centenas têm capacidade eleitoral activa e, mesmo nestas associações, a maior parte dos membros está afastada da tomada de decisão). E nem vale a pena falar sobre os sete deputados nomeados, pois a sua nomeação é feita pelo Chefe do Executivo, uma pessoa cujo poder não foi delegado pelo povo. Isto é ridículo!

Segundo Karl Marx, a superestrutura, incluindo o sistema político, tem de acompanhar a evolução da economia. Nestes últimos mais de dez anos, o célere desenvolvimento económico e a transformação substancial da estrutura económica ditaram adaptações na superestrutura e no sistema político. Caso contrário, a estabilidade social é posta em causa.

A mudança do sistema político é incontornável, mas como fazê-la? É evidente que qualquer reforma tem de ser progressiva, e o parâmetro para avaliar o seu progresso é ver se a democracia e o sufrágio universal são reflectidos no sistema político.

Conforme este critério, a reforma política de 2012 foi uma falsa reforma completa, uma vez que a metodologia conhecida como «2 mais 2, mais 100» não foi mais do que aumentar os assentos, pois não representou qualquer avanço democrático nem correspondeu ao progresso gradual da democracia. Por isso é que, desde 2012, a sociedade tem vindo a exigir uma nova reforma política, esperando um sistema político que reflecta efectivamente o progresso democrático.

É verdade que, para concretizar a democracia, é necessário enfrentar resistências e retóricas distorcidas. Por exemplo, no debate das LAG, quando referi a promoção do sistema democrático, o Director dos Serviços de Assuntos de Justiça respondeu com aquela desculpa pré-fabricada, afirmando que a proposta tinha acabado de ser aprovada em 2012 e que, de acordo com a decisão do Governo Central, qualquer alteração deve corresponder aos «princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, e da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau». afirmou ainda que uma alteração a curto prazo seria desfavorável para a estabilidade do sistema político. Segundo esta lógica, depois da reforma de 2012, já não são possíveis mais alterações. Isto é um absoluto disparate. Na verdade, na decisão da APN, pode ler-se «continuar a promover gradualmente o desenvolvimento do sistema político da RAEM». É evidente que a promoção do desenvolvimento do sistema político não contraria os 4 princípios que referi. Muito pelo contrário, só com a vontade de progredir é que se consegue equilíbrio social e estabilidade nos diversos sectores, incluindo no sistema político. Na minha opinião, este progresso paulatino deve ter um calendário. Por exemplo, nas primeiras 3 legislaturas, em conformidade com o roteiro definido pela Lei Básica, a composição da AL passou de «8, 8, 7», para «10, 10, 7» e «12, 10, 7» sucessivamente. Em todas as legislaturas houve mudanças, que se traduziram num avanço democrático. E foi exactamente nestes dez anos que a sociedade de Macau se manteve estável e a economia se desenvolveu. Portanto, desde que haja um rumo e etapas claramente definidas, o desenvolvimento do sistema democrático tem efeitos positivos para a estabilidade do sistema político e da sociedade.

A RAEM já tem hoje 16 anos. Para que Macau seja um exemplo do cumprimento do princípio «um país, dois sistemas» e se concretize o ideal de Macau governado democraticamente pelas suas gentes, é altura de promovermos, em conjunto, o desenvolvimento do sistema democrático! Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM referente aos anos de 2016 a 2020 refere como um dos sétimos princípios fundamentais o reforço da eficiência de governação com o propósito de manutenção da estabilidade da equipa de trabalhadores dos

serviços públicos e a elevação da qualidade dos serviços prestados, e a criação de um mecanismo de apreciação imparcial do regime do desempenho dos trabalhadores.

Para atingir tais delirados de boa governação e impoluta equipa de trabalhadores da administração pública, implica resolver os graves problemas internos que minam diariamente o seu moral, resultando na ineficiente produção da qualidade dos serviços aos cidadãos.

Assim, sugiro ao Governo para resolver em primeiro lugar o problema da exploração dos trabalhadores, obrigando a exercer trabalhos da responsabilidade de categorias superiores, procedendo à junção das categorias referentes aos índices 195 com 260 e 350 com 430 da tabela indiciária.

Também será de justiça proceder à contabilização integral dos anos de trabalho para efeitos de pagamento das diuturnidades, ao invés do actual pagamento parcial.

A maioria dos trabalhadores sujeitos ao regime do Fundo de Pensões aspira poder aposentar-se mais cedo, ou seja, a partir de 20 anos de serviço efectivo, e a uniformização da compensação de 1 dia de descanso.

Não se compreende a lógica do limite de pagamento de horas extraordinárias, nomeadamente o limite de 300 horas anuais aos condutores da administração pública, quando muitos serviços públicos organizam cursos de formação fora das horas de expediente.

Recentemente, o Governo demonstrou intenções de construir habitação para os seus trabalhadores, incluindo procedendo a alterações ao regime de atribuições e permitindo o alargamento da sua concessão.

Os trabalhadores esperam que haja mais desenvolvimentos sobre esta importante matéria. Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Tendo terminado o período de intervenções antes da Ordem do Dia, façam o favor de esperar um pouco nos vossos lugares.

**(Entrada no hemiciclo dos membros do Governo)**

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos iniciar o tratamento da primeira matéria agendada para a reunião de hoje, que é a apresentação, a discussão e a votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2016”. Apresento aqui, em nome da Assembleia Legislativa, as boas-vindas ao Sr. Secretário Leong e às demais autoridades presentes, agradecendo-lhes a participação na nossa reunião.

Passarei, em seguida, a palavra ao Sr. Secretário Leong, o qual fará a respectiva apresentação.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:**  
Exmo. Sr. Presidente e Exmos. Srs. Deputados:

O valor global da receita prevista no Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau para o próximo ano económico é de 103 251 520 milhares de patacas, traduzindo-se num decréscimo

de 13,9%, ou seja, menos 16 718 100 milhares de patacas face ao orçamento revisto do ano de 2015.

O decréscimo da receita orçamental relaciona-se, essencialmente, com a receita proveniente do “Imposto especial sobre o jogo” do próximo ano, integrado nos impostos directos, que se estima vir a atingir 70 000 000 milhares de patacas, ou seja, menos 14 000 000 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015; a receita fiscal a arrecadar em sede do “Imposto Profissional”, da “Contribuição Predial Urbana” e do “Imposto Complementar de Rendimentos” estima-se num total de 7 129 480 milhares de patacas, representando um acréscimo de 668 320 milhares de patacas; no que diz respeito aos impostos indirectos, a receita proveniente do “Imposto do Selo por Transmissão de Bens” estima-se em 1 359 000 milhares de patacas, com um decréscimo de 430 000 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015, e a do “Imposto sobre Veículos Motorizados” em 683 180 milhares de patacas, menos 507 030 milhares de patacas face a 2015; quanto à receita proveniente dos “Prémios de Concessão de Terrenos”, inserida no capítulo dos “Rendimentos da propriedade”, estima-se em 1 095 860 milhares de patacas, ou seja, uma queda de 198 090 milhares de patacas em relação a 2015; relativamente às “empresas privadas” no capítulo “Transferências”, provenientes essencialmente da “Contribuição para o Desenvolvimento Urbano, Promoção Turística e Segurança Social”, arrecadada ao abrigo dos contratos de concessão da exploração do jogo, prevê-se que a receita se venha a situar em 4 015 750 milhares de patacas, ou seja, menos 799 330 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015.

O valor global da despesa orçamentada para o próximo ano é de 85 038 040 milhares de patacas, representando um acréscimo de 1,5%, ou seja, 1 277 030 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015, que foi de 83 761 010 milhares de patacas, dentro do qual, 11 068 780 milhares de patacas correspondem ao Plano de Investimentos (PIDDA), representando um decréscimo de 24,6% em relação ao orçamento revisto em 2015, de 14 683 540 milhares de patacas.

Prevê-se que da receita orçamentada após a dedução da despesa orçamentada seja apurado um saldo do orçamento central no valor de 3 469 320 milhares de patacas. No âmbito dos Organismos especiais, o respectivo saldo anual previsto traduz a diferença no valor global agregado entre o rendimento e o gasto, estimada em 14 744 160 milhares de patacas.

Propõe-se no presente Orçamento que, a partir de 1 de Janeiro de 2016, seja actualizado o índice 100 da tabela indiciária da Administração Pública, do valor de 7900 para 8100 patacas, as despesas encontram-se integradas no valor global da despesa orçamentada acima referido e o ajustamento é previsto no artigo 23.º da presente proposta de lei.

O orçamento da despesa ordinária integrada do Governo para o próximo ano é avaliado em 91 359 970 milhares de patacas, no qual a despesa afecta ao “Pessoal” é de 19 673 430 milhares de patacas, representando 21,5% da totalidade, aos “Bens e Serviços”, de 12 064 200 milhares de patacas, ocupando 13,2% da totalidade, e às “Transferências correntes”, de 39 622 620 milhares de patacas, preenchendo 43,4% da totalidade, de entre as quais, destinadas à continuação da série de medidas de benefício aos cidadãos, incluindo: a injeção na conta individual do Regime de Previdência, o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, o Plano de

Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais, e o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Prevê-se que o valor total dessas medidas seja de 10 082 150 milhares de patacas. Por outro lado, quanto às despesas destinadas ao pagamento do subsídio para idosos, ao subsídio de escolaridade gratuita para o ensino não superior, ao subsídio para Aquisição de Manuais Escolares aos alunos do ensino não superior e superior, ao subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior, ao subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior sem fins lucrativos do regime escolar local, ao subsídio de invalidez e ao abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, a previsão do total dessas despesas é de 3 624 430 milhares de patacas.

Considerando o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, destaca-se o peso de cada função face ao valor do orçamento e em comparação com o orçamento revisto de 2015:

✧ Serviços económicos: 11 903 220 milhares de patacas, de 13,0% da totalidade, com diminuição de 8,7% face a 2015; nos transportes, 4 123 070 milhares de patacas, com um decréscimo de 14,4%; na administração, regulamentação e investigação, 2 308 690 milhares de patacas, com um decréscimo de 5,1%;

✧ Educação: 11 410 880 milhares de patacas, de 12,5% da totalidade, com um acréscimo de 5,6% face a 2015;

✧ Serviços gerais de administração pública: 10 797 140 milhares de patacas, de 11,8% da totalidade, com um crescimento de 1,7% face a 2015;

✧ Previdência social: 8 374 410 milhares de patacas, de 9,2% da totalidade, com uma subida significativa de 4,1% face a 2015;

✧ Segurança pública: 7 821 780 milhares de patacas, de 8,6% da totalidade, com um crescimento de 5,0% face a 2015;

✧ Saúde: 7 753 910 milhares de patacas, de 8,5% da totalidade, com um aumento de 8,3% face a 2015;

✧ Outros serviços colectivos/sociais: 3 277 800 milhares de patacas, de 3,6% da totalidade, com uma subida de 11,7% face a 2015;

✧ Habitação: 1 450 990 milhares de patacas, de 1,6% da totalidade, com um recuo de 39,9% face a 2015;

✧ Outras funções: 28 569 850 milhares de patacas, de 31,3% da totalidade, com um decréscimo de 1,7% face a 2015, incluindo as dotações para o Fundo de Segurança Social, de 17 404 530 milhares de patacas, para o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, de 5 991 250 milhares de patacas, para a subvenção do pagamento das tarifas de energia a cada unidade habitacional, até ao limite mensal de 200 patacas, do Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais, de 516 000 milhares de patacas, e para o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, de 300 000 milhares de patacas.

Quanto ao orçamento do PIDDA para o próximo ano, verifica-se um decréscimo de 24,6%, ou seja, de 3 614 760 milhares de patacas,

face ao orçamento revisto de 2015, cifrando-se o seu valor global em 11 068 780 milhares de patacas. Desagregando por valor superior a 500 000 000 patacas, registam-se os seguintes itens:

✧ Programa da Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, no valor orçamentado de 2 194 930 milhares de patacas;

✧ Obra de instalações públicas, no valor orçamentado de 1 796 410 milhares de patacas;

✧ Programa do sistema de transportes colectivos urbanos de Macau, no valor orçamentado de 1 238 110 milhares de patacas;

✧ Habitação pública, no valor orçamentado de 896 980 milhares de patacas;

✧ Programa de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, no valor orçamentado de 799 290 milhares de patacas;

✧ Obra de instalações de serviços, no valor orçamentado de 730 510 milhares de patacas.

✧ Programa do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, no valor orçamentado de 593 700 milhares de patacas;

✧ Estradas e pontes, taludes e canais de navegação, no valor orçamentado de 571 560 milhares de patacas;

✧ Operação e controlo do tratamento de águas residuais e de resíduos, no valor orçamentado de 540 370 milhares de patacas;

No âmbito dos Organismos especiais, a previsão do rendimento agregado para 2016 é de 26 123 150 milhares de patacas, apresentando uma redução de 2 136 230 milhares de patacas em comparação com o orçamento revisto de 2015, de 28 259 380 milhares de patacas. A redução do rendimento previsto é influenciada na sua maioria pela previsão de uma queda resultante do item “Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos”, no valor de 1 631 860 milhares de patacas, ou seja, menos 31,4%.

Por sua vez, a previsão do gasto agregado dos Organismos especiais é de 11 378 990 milhares de patacas, com um acréscimo de 523 200 milhares de patacas em comparação com o orçamento revisto de 2015 de 10 855 790 milhares de patacas, correspondendo a 4,8%.

À semelhança do ano económico transacto, por forma a aliviar a carga tributária que recai sobre os cidadãos em geral, propõe-se que, na proposta do Orçamento para o ano económico de 2016, seja dada continuidade à série de medidas de redução ou isenção fiscais já adoptadas em 2015. Prevê-se que o valor envolvido na implementação das medidas de redução e de isenção fiscais e de devolução acima indicadas seja de 2 344 120 milhares de patacas, superior em 9,8%, ou seja, de 209 610 milhares de patacas comparativamente a 2015.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, termino aqui a minha apresentação. Muito obrigado a todos.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos agora proceder à discussão na generalidade da proposta de lei em causa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Exmo. Sr. Secretário, Srs. membros do Governo:

Perante o pioramento da situação económica da RAEM, é uma surpresa ver a previsão feita, no orçamento de 2016, de diminuição das receitas provenientes do sector do jogo de apenas catorze mil milhões de patacas, e de aumento de seiscentos e setenta milhões de patacas das receitas provenientes do imposto profissional, da contribuição predial, e do imposto complementar de rendimentos. Claro que esta é apenas uma previsão... Só depois é que podemos verificar qual é a verdadeira redução do imposto especial sobre o jogo. Os mencionados conteúdos do orçamento de 2016, porém, não deixam por isso de se constituir como alguns pontos que chamam muito a atenção. Espero que o Sr. Secretário possa obter as referidas receitas, tal como está previsto no orçamento em discussão. Queria perguntar ao Sr. Secretário se há boas notícias para nos dar, as quais levam à elaboração de um orçamento baseando-se numa previsão bastante optimista.

A preparação da nova Lei do enquadramento orçamental iniciou-se no último mandato do Governo, não tendo sido entregue, porém, a respectiva proposta de lei à Assembleia Legislativa até ao momento. Parece-nos que não será possível a execução do orçamento de 2016 de acordo com as normas jurídicas previstas na nova Lei do enquadramento orçamental. Tendo em consideração a importância dessa Lei, queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre o andamento dos trabalhos da sua elaboração, bem como sobre a calendarização do respectivo processo legislativo. De acordo com as informações reveladas na respectiva consulta pública e nas apresentações feitas pelo Sr. Secretário, na nova Lei do enquadramento orçamental haverá normas que exigem a fixação do orçamento total para os projectos das obras públicas e de investimento transanuais, sendo insuficiente definir o orçamento para um ano. Pese embora o facto de a proposta de lei em causa ainda não ter sido entregue à Assembleia Legislativa, espero que o Sr. Secretário possa dar o exemplo com a própria conduta, definindo o orçamento total dos projectos transanuais que fazem parte do PIDDA. No orçamento de 2016, dentre os dezasseis programas do PIDDA, nove programas têm o orçamento anual de quinhentos milhões de patacas ou mais, o que foi mencionado há pouco pelo Sr. Secretário. Queria saber se foram previstos o orçamento total e a distribuição desse orçamento por diferentes anos financeiros para os referidos dezasseis programas, ou, pelo menos, para os nove programas com orçamento anual de quinhentos milhões de patacas ou mais, por forma a satisfazer as exigências da nova Lei do enquadramento orçamental. Se a resposta for positiva, peço ao Sr. Secretário para nos fornecer os respectivos dados na discussão na especialidade da proposta de lei em causa, de modo que saibamos os progressos registados nas acções governativas, os quais contribuirão para um melhor controlo das despesas do PIDDA.

Por fim, queria concentrar a minha atenção na previsão, no orçamento de 2016, do aumento, no próximo ano, dos vencimentos dos funcionários públicos, o que parece contrariar a política definida pelo Sr. Secretário de redução das despesas públicas. Na sociedade de Macau, ouvem-se muitas vozes sobre o aumento dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública. Pela minha parte, concordo com o aumento dos ordenados dos funcionários públicos

de nível básico, de acordo com a taxa de inflação, pois acho que o Governo da RAEM deve dar o exemplo com a sua própria conduta, encorajando as empresas privadas a ajustar os vencimentos do seu pessoal, tendo em conta o grau da inflação. Queria chamar a atenção para a injustiça registada na realidade, de que os funcionários públicos situados nas camadas superiores da hierarquia gozam de boas remunerações e regalias, ao passo que os funcionários públicos situados nas camadas inferiores vivem com dificuldades económicas, diferença essa que se torna cada vez maior com as actualizações salariais que tiveram lugar nos últimos anos, e nas quais a proporção percentual foi a mesma para todos os funcionários da Administração Pública, independentemente da categoria que detinham. Como se pode verificar, os cidadãos em geral e as associações de funcionários públicos em especial têm opinado sobre este problema, tendo reivindicado a actualização diferenciada dos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública. Perante a necessidade de redução das despesas públicas, sugerimos o aumento dos vencimentos apenas dos funcionários públicos de nível básico, de acordo com a taxa de inflação. Examinando o orçamento de 2016, não se verifica a definição da política de actualização diferenciada dos vencimentos dos funcionários públicos. Na discussão das LAG, na área da Administração e Justiça, a Sra. Secretária Chan afirmou que a adopção da mencionada medida, isto é, a medida de actualização diferenciada dos vencimentos dos funcionários públicos, só era possível mediante o ajustamento do Regime das carreiras gerais dos Trabalhadores da Função Pública. Contudo, não se verifica, nos documentos anexados à proposta de lei em discussão, a proposta de lei que vise a introdução de modificações no Regime das carreiras gerais dos Trabalhadores da Administração Pública, tendo sido elaborado apenas o plano de revisão e modificação das carreiras especiais dos funcionários públicos. Assim sendo, a mencionada injustiça vai permanecer, caso o Governo da RAEM procure evitar a adopção da política de actualização diferenciada dos vencimentos dos funcionários públicos. Na discussão na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2016”, e tendo em consideração a política de redução das despesas públicas, definida pela equipa da área de Economia e Finanças, peço a modificação, em 2016 e mediante o ajustamento do Regime das carreiras gerais dos Trabalhadores da Função Pública, do actual regime, segundo o qual, na actualização salarial, a proporção percentual é a mesma para todos os funcionários da Administração Pública, independentemente da categoria que detêm, por forma a garantir um aumento salarial razoável dos funcionários públicos de nível básico. Apelo aos dirigentes governamentais que beneficiam, desde há muitos anos, da política de os funcionários públicos situados nas camadas superiores da hierarquia gozarem de boas remunerações e regalias, e os funcionários públicos situados nas camadas inferiores viverem com dificuldades económicas, para darem o exemplo com a sua própria conduta, accionando e implementando a política de redução das despesas públicas, e a política de actualização diferenciada dos vencimentos dos funcionários públicos, sendo a última uma decisão política cuja concretização não deve ser impedida pelas razões invocadas no plano técnico. O que se regista na realidade é que a respectiva questão tem vindo a ser estudada e analisada desde há muitos anos, nada tendo sido feito para a resolução do problema. Espero obter o comentário do Sr. Secretário sobre este assunto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

**Chui Sai Cheong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Vou aguardar a ocasião da discussão na especialidade, na qual apresentarei as minhas opiniões sobre as estipulações concretas da presente proposta de lei, trocando opiniões com o Sr. Secretário e com as demais autoridades. No plenário de hoje destinado à discussão na generalidade da proposta de lei em causa, limito-me a pedir explicações sobre dois aspectos, tendo o primeiro a ver com o aumento em 1330,7%, previsto no orçamento de 2016, da transferência de capital, em comparação com o respectivo valor previsto na versão modificada do orçamento de 2015. Espero que os Srs. membros do Governo possam explicar as razões que levaram a um aumento tão acentuado no mencionado item.

O outro aspecto sobre o qual queria pedir um esclarecimento tem a ver com o excedente de sessenta e quatro milhões de patacas, previsto no fundo de garantia de depósitos em 2016, montante esse que é vinte vezes maior do que a despesa global de três milhões e cem mil patacas. Uma situação semelhante registou-se em 2015, em que o excedente do fundo de garantia de depósitos foi de cinquenta e oito milhões de patacas, quantia essa, dezoito vezes maior do que a despesa global de três milhões e cem mil patacas. Queria saber quais são as razões que conduziram à previsão, no orçamento de 2015 e no orçamento de 2016, de um excedente do fundo de garantia de depósitos tão grande, bem como se este tipo de previsão vai voltar a ser feita nos próximos orçamentos.

Queria pedir ao Sr. Secretário e às demais autoridades para esclarecerem os dois aspectos *supra* referidos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Também queria pedir ao Sr. Secretário informações sobre o andamento dos trabalhos de preparação da nova Lei do enquadramento orçamental. Não obstante o projecto anunciado pela Administração de entregar essa proposta de lei à Assembleia Legislativa no próximo ano, queria pedir informações sobre a respectiva calendarização, tendo em atenção a grande importância tida pela Lei em causa. Se o Governo entregar essa Lei à AL muito tarde, o orçamento de 2017 não pode ser elaborado de acordo com as novas normas. Espero que o Sr. Secretário possa fornecer as respectivas informações.

Analisando o orçamento de 2016, nota-se a redução, de uma forma geral, das despesas públicas, com a excepção das despesas destinadas à implementação das medidas de redução e isenção fiscais, e de taxas, bem como de devolução. No entanto, está previsto, no mesmo orçamento, um aumento acentuado (isto é, em 69%, em comparação com o orçamento de 2015, cifrando-se o seu valor em mais de mil milhões de patacas, das despesas para o arrendamento dos imóveis privados onde os serviços públicos montam o seu escritório ou armazém, o que representa um problema bastante grande. Para além disso, as despesas destinadas à realização de obras de remodelação nesses imóveis também aumentaram bastante. Tendo em conta o aumento, todos os anos, das referidas despesas, queria perguntar quais são as ideias e os planos elaborados pela Administração Pública relativamente à construção de edifícios do

Governo, por forma a alcançar, a longo prazo, o objectivo de poupança dos recursos públicos. Espero que o Sr. Secretário possa fornecer as respectivas informações, mencionando os conceitos gerais sobre o assunto em destaque.

Por último, queria dar atenção à baixa taxa de execução orçamental do PIDDA, registada tanto nos primeiros nove meses do ano corrente, como nos últimos anos. Com efeito, de acordo com os dados publicados pelo Governo, a taxa de execução orçamental do PIDDA tem rondado os 50%. As obras de construção do Novo Terminal Marítimo da Taipa (Pac On) e do Estabelecimento Prisional de Macau, bem como as obras que fazem parte do Programa da Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau, são as obras nas quais se registam grande demora e uma taxa de execução orçamental inferior a 50%. Espero que as autoridades possam explicar, na discussão na especialidade da proposta de lei em causa, qual será a evolução das mencionadas obras no ano de 2016. Como se pode verificar, o orçamento previsto para a realização dessas obras é de valor bastante avultado. Sendo assim, queríamos saber se no próximo ano o Governo vai adoptar medidas para manter a respectiva taxa de execução orçamental num âmbito satisfatório.

Peço ao Sr. Secretário para responder às perguntas apresentadas. Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Verifiquei a diminuição, no orçamento de 2016, das despesas com o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) e estranhei. Como todos sabem, regista-se actualmente na RAEM o pioramento da situação económica. Ora, conforme as teorias económicas, perante a recessão económica, há necessidade de estimular as necessidades internas e realizar mais obras públicas. Ainda me lembro de que, com a ocorrência da crise económica em 2008, no orçamento de 2009 houve um grande aumento das despesas com o PIDDA, as quais subiram de cerca de oito mil milhões de patacas para cento e tal mil milhões de patacas. Porém, com a redução das receitas provenientes do sector do jogo, registada nos últimos dezassete meses consecutivos, assim como com as flutuações económicas dos últimos anos no âmbito mundial, nomeadamente nas zonas americana e europeia, o Governo da RAEM não adoptou medidas para estimular o desenvolvimento económico, tendo reduzido, pelo contrário, as despesas com o PIDDA previstas no orçamento de 2016 em 24,6%, o que deixa ficar desiludidos os diversos sectores da sociedade de Macau, nomeadamente, as pequenas empresas.

Uma colega acabou de mencionar a grande quantidade de dinheiro gasto pela Administração para arrendar imóveis privados e para a realização de obras de remodelação nesses imóveis, tendo apontado para o aumento sucessivo das respectivas despesas. De facto, o Governo da RAEM deve construir os seus edifícios para instalar os respectivos gabinetes e armazéns, por forma a poupar os recursos públicos e a evitar a situação em que é obrigado a deixar o

imóvel arrendado. Sugiro à Administração Pública que elabore projectos de construção de edifícios do Governo, estimulando o desenvolvimento económico de Macau nesta ocasião em que se regista a entrada em declínio de vários sectores, evitando despesas desnecessárias, e concretizando o objectivo de melhoramento da eficiência administrativa.

A maioria das obras destinadas à construção de hotéis e casinos na Cotai Strip finalizar-se-á no ano de 2016. Penso que não haverá investimentos substanciais lançados em 2017, e que o sector de construção civil e os serviços relacionados, tais como os transportes, os bancos e os serviços de advocacia, também entrarão em declínio, agravando a recessão económica do Território. Perante esta situação, é urgente que o Governo da RAEM aumente as despesas com o PIDDA, construindo mais edifícios para satisfazer as suas próprias necessidades. Espero que o Sr. Secretário possa fazer comentários relativos a esta minha sugestão.

Por outro lado, queria saber se a redução do orçamento destinado à realização das obras públicas em 2016 representa um esforço envidado para elevar a taxa de execução orçamental do PIDDA, a qual costumava rondar os 50%, pois, de acordo com o novo regime, é preciso entregar um relatório sobre a taxa de execução orçamental do PIDDA todos os trimestres. É possível que os respectivos órgãos governamentais procurem, por isso, fazer uma previsão mais próxima da realidade, não obstante a carência, na RAEM, de supervisores da quantidade (QS). Espero que as autoridades possam esclarecer esta minha dúvida. De qualquer maneira, espero ver, no próximo ano, uma taxa de execução orçamental do PIDDA mais elevada do que no ano financeiro de 2015, bem como a realização de mais obras públicas, as quais podem servir para estimular o desenvolvimento económico do Território, e para dar confiança aos cidadãos de Macau em geral, e aos investidores em especial, o que é fundamental para reanimar a economia da RAEM.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Devido à redução das receitas provenientes dos casinos e à consequente diminuição do imposto especial sobre o jogo que entra no erário público, nos últimos meses do ano corrente verifica-se na Administração a contracção das despesas. Analisando o orçamento de 2016, constata-se, porém, o aumento das despesas públicas. Com efeito, no orçamento para o próximo ano, estão previstos a diminuição das receitas públicas e o aumento das despesas públicas. Tal como indicou o Sr. Deputado Mak Soi Kun, regista-se, no orçamento de 2016, uma diminuição de vários milhares de milhões de patacas atribuídas para a realização do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA). Não percebo as razões que levam à subida das despesas públicas. Sendo assim, queria pedir a respectiva explicação ao Sr. Secretário. Nos últimos anos, tem-se registado uma grande diferença entre a despesa prevista no orçamento e a despesa efectiva, diferença essa que permite os frequentes reforços. Contudo, com o pioramento da situação económica, deixa de ser razoável o aumento, previsto no orçamento, das despesas públicas. Segundo os dados publicados, a

despesa efectiva de 2012 valoriza-se em cinquenta e seis mil milhões de patacas, a despesa efectiva de 2013 foi de cinquenta e quatro mil milhões e setecentas mil patacas, e a despesa efectiva de 2014 atingiu o valor de cinquenta e nove mil milhões e quatrocentas mil patacas. Penso que a despesa efectiva do ano corrente não será muito alta, e que a Administração não gastará todos os oitenta e três mil milhões de patacas, previstos no orçamento de 2015. Tal como acabei de analisar, a grande diferença entre a despesa prevista e a despesa efectiva permite a ocorrência frequente de reforços das verbas atribuídas aos diversos serviços públicos. A despesa global aprovada pela Assembleia Legislativa é sempre suficiente para satisfazer as diferentes necessidades. Nos últimos anos, o valor da despesa efectiva tem sido de cinquenta e tal mil milhões de patacas. Como a despesa orçamentada para o corrente ano é de oitenta e tal mil milhões de patacas, não há razão para o aumento da mesma despesa no próximo ano, sobretudo numa ocasião em que a economia do Território se encontra em declínio. Este é o primeiro aspecto no qual queria focalizar a minha atenção.

Em segundo lugar, queria pedir uma explicação relativa ao valor da despesa global, prevista no orçamento de 2016, de oitenta e cinco mil milhões de patacas, e ao orçamento da despesa ordinária integrada do Governo para o próximo ano, que é avaliado em noventa e um mil milhões e trezentas mil patacas. Não percebo porque é que o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo tem um valor mais elevado do que a despesa global. Isto tem a ver talvez com a existência, na Administração, de organismos especiais. Parece que se trata de uma pergunta de certo modo infantil... O facto é que não percebemos porque é que as despesas dos organismos especiais não podem ser incluídas na despesa global. Espero que o Sr. Secretário possa dar explicações relativas a esta questão técnica.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Song Pek Kei.

**Song Pek Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Boa tarde.

Sr. Secretário, vou ler, em primeiro lugar, os seguintes excertos registados na Nota Justificativa do Governo à proposta de lei do orçamento de 2016: “Os princípios de prudência financeira e de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas são os princípios básicos que têm vindo a ser cumpridos pelo Governo da RAEM aquando da preparação do Orçamento. Considerando que a actual economia de Macau entrou numa fase de ajustamento, vai recorrer-se a uma avaliação mais cautelosa e a uma forma de maior poupança de despesas, na elaboração do orçamento para o próximo ano”; “Relativamente à despesa, prevê-se que haja um aumento de cerca de 1,5%, após ajustamento das transferências orçamentais entre o orçamento ordinário integrado do Governo e o orçamento dos organismos especiais, e que o PIDDA, no próximo ano se cifre em um pouco mais de dez mil milhões de patacas com um recuo de 24,6%, face a 2015”, encontrando-se o último excerto na página n.º 2 da Nota Justificativa. Tal como afirmaram alguns colegas há pouco, perante a redução das receitas provenientes dos casinos e a consequente diminuição do imposto especial sobre o jogo que entra

no erário público, os residentes de Macau têm dificuldades em perceber porque é que despesas públicas previstas para o próximo ano sobem, em vez de descerem. Espero que o Sr. Secretário possa dar a respectiva explicação.

Na altura em que se regista o declínio da economia de Macau, é fundamental o investimento feito pelo Governo da RAEM, para a animação dos diversos sectores do Território. Contudo, pelo contrário, no orçamento de 2016 constata-se a diminuição das despesas com o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), o que representa outro choque exercido sobre a economia de Macau, a qual está em pioramento. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar quais são as medidas que o Governo da RAEM adoptará para impulsionar o desenvolvimento económico do Território de Macau.

Na reunião de ontem, houve colegas que exprimiram a opinião de que o Governo toma conta dos residentes agindo como uma amaseca, o que talvez seja a razão que leva à previsão de despesas de valor bastante avultado, registada no orçamento de 2016. Sendo a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e os Serviços de Saúde órgãos governamentais de nível de direcção de serviços, o valor global das suas despesas previstas cifra-se em mais de cinco mil milhões de patacas e mais de sete mil milhões de patacas, respectivamente. Os cidadãos de Macau concordam com o lançamento de mais recursos públicos na educação, na prestação de serviços sociais, e na construção de mais instalações de serviços sociais. Pedimos, contudo, o bom aproveitamento dos recursos públicos atribuídos, os quais devem ser gastos de forma razoável e em benefício da população de Macau.

Tal como foi revelado pelos meios de comunicação social, há alguns serviços públicos que têm pouca precaução na utilização das verbas atribuídas, as quais foram aproveitadas para fornecer refeições aos residentes e para organizar diferentes actividades em que se oferece fruta. Na minha opinião, a Administração não tem necessidade de prestar cuidados tão minuciosos à população, nem é conveniente oferecer comida aos residentes, pois o Governo situar-se-á numa situação embaraçosa, no caso de a comida causar a indisposição dos seus beneficiários. Penso que as autoridades devem ter em conta as possíveis consequências negativas, antes de tomarem as respectivas decisões.

Por fim, queria chamar a atenção para a grande quantidade de remédios receitados pelos médicos dos Serviços de Saúde. Se os doentes não necessitarem de tomar os respectivos remédios durante um mês ou meio ano, os remédios receitados são desperdiçados. Como se registaram, no passado, casos de desperdício dos recursos públicos, nomeadamente na prestação de serviços médicos, queria pedir às autoridades para examinarem com precaução as necessidades registadas na realidade, não repetindo cegamente o mesmo orçamento definido nos anos anteriores. Espero que o Sr. Secretário possa definir critérios que orientem os trabalhos de definição do orçamento.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Perante a redução das receitas públicas provenientes dos impostos, sobretudo do imposto especial sobre o jogo, é importante a recorrência a uma forma de maior poupança de despesas na elaboração do orçamento para o próximo ano. Sendo assim, não percebo porque é que no orçamento em destaque se regista um aumento de 1,07% nas despesas públicas gerais. É de saber que a Administração está a promover, com esforço, a implementação da política de “Governo electrónico”, a qual contribuirá, nomeadamente, para a poupança de muito papel, necessário para a comunicação inter-serviços, e para a comunicação entre o Governo e os cidadãos. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar qual é a relação entre a implementação, em 2016, da política de “Governo electrónico” e as despesas públicas gerais no mesmo ano, bem como, porque é que está previsto o aumento das despesas públicas gerais, aquando do reforço das acções de implementação da política em destaque. Que eu saiba, na Administração costuma gastar-se muito papel. Tomando como exemplo a emissão de um ofício pela Administração para uma empresa privada ou um indivíduo, é preciso primeiro escrever um relatório para apreciação superior, e depois é que se redige o respectivo ofício, gastando-se, portanto, bastante papel para o tratamento de um assunto relativamente simples. É de saber que o mesmo procedimento não só se adopta nos organismos governamentais na área da Economia e Finanças, como também nos serviços públicos de outras áreas. É natural que a implementação da política de “Governo electrónico” possa contribuir para a economia de papel. Esta é a razão pela qual temos dificuldade em perceber o porquê do aumento de 1,7% nas despesas públicas gerais, previsto no orçamento de 2016.

Concentrarei, em seguida, a minha atenção na canalização, pela Direcção dos Serviços de Finanças, de 1,7 mil milhões de patacas, para apoiar a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L.. Pedi o respectivo esclarecimento noutra reunião realizada na Assembleia Legislativa, na qual o Sr. Secretário afirmou que a CAM devolveria a quantia em referência ao Governo da RAEM por prestações. Queria aproveitar a oportunidade de hoje para perguntar ao Sr. Secretário qual é a forma concreta segundo a qual a CAM devolve à Administração o dinheiro emprestado. Na explicação dada na referida reunião, o Sr. Secretário mencionou a importância do Aeroporto Internacional de Macau na manutenção da ligação entre a RAEM e os outros países e regiões do mundo. Espero ouvir, no plenário de hoje, a explicação do Sr. Secretário relativa às obras de grande dimensão, que se realizarão no Aeroporto em destaque (como por exemplo, a construção da segunda pista), utilizando o dinheiro empregado pelo Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Peço desculpa. Queria rectificar aqui um erro registado no discurso que acabei de proferir. Há pouco, falei do aumento, em 69%, das despesas para o arrendamento dos imóveis privados, em comparação com o orçamento de 2015. Na realidade, só quando se comparam os respectivos dados registados no orçamento de 2014 e no orçamento de 2016, é que se verifica o aumento em 69,1%. O aumento registado no orçamento de 2016 relativamente ao

orçamento de 2015 deve ser de 38,6%. Peço imensa desculpa pelo engano.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Veng Chai.

**Leong Veng Chai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Queria pedir a explicação relativa às despesas destinadas à construção de habitação pública, previstas no orçamento em análise. O Chefe do Executivo já uma vez disse que o Governo da RAEM prestava muita atenção às necessidades habitacionais dos residentes de Macau, e que a Administração procuraria construir mais habitação pública para resolver o respectivo problema em benefício da população local. Sendo assim, queria pedir ao Sr. Secretário para explicar o significado da redução, em 39,9%, das despesas previstas para a construção de habitação pública (despesas essas que totalizam mil quatrocentos e cinquenta milhões e novecentas e noventa mil patacas), em comparação com o orçamento de 2015. Queria saber se esta redução significa que no próximo ano se construirão menos prédios da habitação pública.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Leong, faça o favor de responder às perguntas.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Muito obrigado pelas perguntas apresentadas pelos oito deputados.

Logo vou pedir ao Sr. Director Iong para fornecer informações sobre os trabalhos de preparação da nova Lei do enquadramento orçamental, realizados depois de terminar a respectiva consulta pública.

Há pouco, vários deputados prestaram atenção à redução das despesas com o PIDDA, prevista no orçamento de 2016. É de saber que conversei várias vezes com o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, o Eng. Rosário, sobre o mesmo assunto, tendo percebido que o Sr. Secretário Rosário fez a respectiva previsão baseando-se na realidade objectiva, fixando o valor das despesas tendo em consideração a situação de adjudicação das obras públicas. O Sr. Secretário Rosário adoptou a mencionada estratégia para a elaboração do orçamento para o próximo ano, com o intuito de elevar a taxa de execução orçamental do PIDDA. Se o Sr. Presidente e os Srs. Deputados permitirem, logo vou pedir aos colegas da área de transportes e obras públicas para darem a respectiva explicação. Se quiserem, também podemos pedir o respectivo esclarecimento nas reuniões a realizar no âmbito da Comissão Permanente. De qualquer forma, posso afirmar aqui com certeza que a redução das despesas com o PIDDA, registada no orçamento de 2016, não tem nada a ver com a diminuição das receitas públicas.

Tal como afirmaram alguns colegas há pouco, a exportação, o investimento e o consumo são os três pilares fundamentais para manter a dinâmica económica, e para garantir a prosperidade de um

território. Esta é uma ideia partilhada por vários deputados que se pronunciaram.

Concordo com a opinião de que, perante a diminuição das receitas provenientes do imposto especial sobre o jogo, provocada pelas modificações registadas nos países e regiões periféricas, devemos reforçar as actividades de investimento, por forma a animar a economia de Macau. É de sublinhar que o Governo da RAEM nunca pensou em contrair as despesas com o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração. O facto é que os respectivos trabalhos estão a ser realizados e serão realizados com ordem e conforme as condições concretas registadas na realidade, com o intuito de dar resposta aos desejos dos cidadãos de Macau. Percebemos que é importante manter a dinâmica das actividades económicas. A redução das despesas com o PIDDA é apenas o resultado dos esforços envidados pelo Sr. Secretário Rosário e pelos seus colaboradores, com vista a fazer uma previsão mais precisa das despesas em referência. Aprecio esta forma de actuar baseando-se na realidade objectiva, a qual corresponde, aliás, ao espírito subjacente à elaboração da nova Lei do enquadramento orçamental. Esta é a explicação que pretendo dar sobre as despesas com o PIDDA.

Vários deputados, nomeadamente a Sra. Deputada Lei Cheng I e o Sr. Deputado Mak Soi Kun, deram muita atenção à necessidade de construir edifícios próprios do Governo onde os serviços públicos montem os seus gabinetes e armazéns, de modo a poupar os recursos públicos gastos no pagamento das rendas, as quais totalizam cerca de setecentos milhões de patacas por ano. Segundo a previsão feita no orçamento para o próximo ano, as respectivas despesas aumentarão para mil milhões de patacas, por causa da subida das rendas. Concordo com a opinião dos Srs. Deputados de que o ideal é construir edifícios do Governo, de acordo com as necessidades registadas na realidade. Sem dúvida, se o Governo conseguir encontrar terrenos adequados para a construção dos respectivos edifícios, poder-se-á evitar o gasto de recursos públicos em valor avultado para o pagamento das rendas, as quais são bastante caras, sobretudo quando os preços dos imóveis estão em ascensão. Para além disso, no caso de o senhorio não querer continuar a arrendar-nos o imóvel, há necessidade de realização de obras de remodelação noutra imóvel arrendado, desperdiçando-se assim recursos públicos. Analisando a questão a partir de perspectivas diversificadas, chega-se à conclusão de que é vantajosa a construção de edifícios do Governo, a qual representa um investimento com retorno bastante elevado. Adiro ao lançamento do referido investimento, o qual é favorável para o controlo das despesas públicas e a poupança dos recursos públicos. A construção dos edifícios do Governo ainda pode contribuir para promover o desenvolvimento da economia do Território, o que foi pedido há pouco por muitos deputados. Agradeço esta opinião preciosa dos Srs. Deputados, a qual vou transmitir à equipa da área dos Transportes e Obras Públicas, pedindo-lhe para encontrar, com a maior brevidade possível, um terreno adequado para a realização das mencionadas obras.

Claro que é preciso verificar as verdadeiras necessidades de cada um dos órgãos governamentais, para depois poder proceder a um desenho adequado do(s) edifício(s) a construir. O Governo vai realizar estudos e análises cuidadosos, pedindo opiniões aos diversos serviços públicos, de modo que os prédios construídos possam satisfazer as respectivas necessidades. Volto a agradecer, aqui, a opinião preciosa dos Srs. Deputados.

Em resposta à pergunta do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, o qual pediu a actualização diferenciada dos vencimentos dos

funcionários públicos, afirmo o seguinte: como se sabe, a Sra. Secretária Chan explicou, no plenário de ontem, a atitude do Governo para com a sugestão em referência. Para já, não tenho comentários a fazer sobre o assunto em destaque. Se os Srs. Deputados acharem que há necessidade de desenvolver discussões aprofundadas sobre a mesma matéria, podemos convidar os representantes da equipa da área da Administração e Justiça para participar nas reuniões a realizar no âmbito da Comissão Permanente da AL. Passarei, em seguida, a palavra ao Sr. Director Iong, o qual fornecerá informações sobre os trabalhos de elaboração da nova Lei do enquadramento orçamental.

Faça o favor.

**Director dos Serviços de Finanças, Iong Kong Leong:**  
Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Em seguida, vou explicar, de uma forma concisa, o andamento dos trabalhos de preparação da nova Lei do enquadramento orçamental. Finda a respectiva consulta pública, na qual recolhemos quatrocentos e dez conjuntos de opiniões (trezentos por escrito e cento e dez apresentados oralmente) das associações profissionais e dos cidadãos em geral, procedemos à ordenação, ao agrupamento e à análise das opiniões e sugestões recolhidas, as quais totalizam setecentas e três, tendo elaborado o respectivo relatório, o qual publicamos mais tarde, de acordo com as Normas para a Consulta de Políticas Públicas.

É de informar que as opiniões públicas recolhidas têm sobretudo a ver com trabalhos de supervisão e fiscalização, projectos das obras públicas e de investimento transanuais, elaboração do orçamento, execução orçamental, utilização da verba atribuída para o seu fim específico, grau da transparência, dotação provisional, e assuntos situados na área de base contabilística e de sistema contabilístico. São escassas as opiniões segundo as quais é preciso introduzir grandes modificações na nova Lei do enquadramento orçamental, pois na maioria das opiniões recolhidas exprime-se uma atitude de apoio. Vamos considerar a necessidade de revisão e modificação dos diplomas legais relacionados com os procedimentos administrativos. Prometemos adoptar as medidas necessárias para a optimização contínua dos trabalhos e das operações realizados regularmente, tendo em consideração as opiniões e sugestões recolhidas. A nova Lei do enquadramento orçamental será submetida ao processo legislativo, nomeadamente à apreciação do Chefe do Executivo, logo que se finalizar o ajustamento em termos técnicos. A discussão dessa Lei terá lugar na Assembleia Legislativa em 2016.

Obrigado a todos.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** O Sr. Deputado Chui Sai Cheong fez há pouco perguntas sobre a transferência de capital. Em seguida, vou dar explicações concisas sobre a matéria abordada.

É de informar que as despesas com a transferência de capital, previstas no orçamento de 2015, serviram sobretudo para a atribuição de subsídios especiais às instituições sem fins lucrativos de Macau, para a concretização dos projectos de investimento, e que o grande aumento das despesas com a transferência de capital,

previstas no orçamento de 2016, se deve à necessidade de financiamento de dois projectos a realizar no Interior da China, e que estão relacionados com a vida da população da RAEM.

Um dos referidos projectos é precisamente o projecto de construção da 4.<sup>a</sup> Condução de Abastecimento de Água a Macau, cuja implementação envolve setecentos e um milhões e quinhentas e oitenta mil patacas. No ano de 2016, precisamos de pagar quinhentos e oitenta e cinco milhões e duzentas mil patacas.

O outro projecto que se pretende realizar na China Continental, e que apoiamos, é o projecto de realização das obras destinadas a assegurar o abastecimento de água crua Pinggang-Guangchang, cujas despesas totais são de quatrocentos e cinquenta e sete milhões e seiscentas mil patacas. No ano de 2016, precisamos de pagar a quantia de trezentos milhões de patacas.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong pediu ainda esclarecimento sobre o fundo de garantia de depósitos. É de saber que as receitas deste fundo são provenientes sobretudo da contribuição paga pelas entidades participantes, as quais devem pagar ao FGD uma contribuição anual cujo montante consiste numa percentagem fixada por despacho do chefe do Executivo, a publicar no Boletim Oficial da RAEM (percentagem essa que actualmente é de 0,05%), sobre o valor total dos depósitos garantidos existentes no dia 31 de Outubro do ano anterior. As despesas previstas destinam-se sobretudo à realização das investigações científicas, se não houver necessidade de pagamento de indemnizações por causa da falência ou do encerramento das instituições financeiras. Nessa situação, é natural que as receitas sejam de valor muito maior do que as despesas.

Darei, em seguida, a palavra à Sra. Subdirectora Ho, a qual responderá à pergunta apresentada pelo Sr. Deputado Au Kam San, sobre a despesa global valorizada em 85 mil milhões de patacas, e a despesa ordinária integrada do Governo avaliada em 91,3 mil milhões de patacas.

Faça o favor.

**Subdirectora dos Serviços de Finanças, Ho In Mui:** Obrigada, Sr. Secretário.

Em seguida vou tentar esclarecer a dúvida do Sr. Deputado Au Kam San. É de saber que a previsão, no orçamento em análise, da despesa global valorizada em 85 mil milhões de patacas e da despesa ordinária integrada do Governo avaliada em 91,3 mil milhões de patacas é o resultado de um ajustamento técnico feito por nós. Como se sabe, a despesa ordinária integrada do Governo é calculada segundo o regime de caixa no sistema contabilístico, ao passo que a despesa integrada dos organismos especiais é calculada de acordo com o regime de acréscimo no sistema contabilístico. Por fim, temos que prever a despesa global do Governo. Contudo, o resultado obtido da soma dos referidos dois montantes não corresponde à despesa global efectivamente prevista, uma vez que no orçamento central se regista transferência de capital para os organismos especiais, tais como o Fundo de Segurança Social e a Fundação Macau. Com vista a evitar a repetição no cálculo das despesas, procedemos ao ajustamento técnico do respectivo montante.

Tal como acabei de explicar, a simples soma das despesas previstas em dois orçamentos não permite a obtenção de um resultado correcto relativo à despesa total do Governo. Sendo assim,

procedemos a um tratamento técnico do mesmo resultado. Esta é a minha resposta à pergunta do Sr. Deputado Au Kam San.

Obrigada a todos.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Em seguida, vou pedir aos colegas da área de transportes e obras públicas para responderem à pergunta apresentada pelo Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho e pelo Sr. Deputado Leong Veng Chai, sobre a redução das despesas previstas para a construção da habitação pública.

Vou também pedir ao Sr. Director Iong Kong Leong para responder à pergunta relativa ao Aeroporto Internacional de Macau. No que concerne às perguntas sobre o Governo electrónico e sobre a importância do Aeroporto Internacional de Macau na manutenção da ligação entre a RAEM e os outros países e regiões do mundo, vamos pedir aos colegas noutras áreas, nomeadamente na área de Transportes e Obras Públicas, para darem a respectiva explicação na apreciação na especialidade da presente proposta de lei nas reuniões da Comissão Permanente.

Faça o favor.

**Director dos Serviços de Finanças, Iong Kong Leong:** Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

É de informar que a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. começou, no ano corrente, a devolver dinheiro ao Governo da RAEM, que lhe tinha emprestado mil seiscentos e quarenta e sete milhões e cinquenta mil patacas. No ano de 2016, a mencionada Sociedade vai devolver à Administração a mesma quantia que a quantia devolvida no ano corrente, isto é, oitenta e seis milhões e trezentas e noventa mil patacas. A mesma Sociedade vai continuar a devolver o dinheiro emprestado ao Governo da RAEM, pagando uma determinada percentagem dos lucros obtidos.

Obrigado a todos.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Passarei, em seguida, a palavra ao colega da área de Transportes e Obras Públicas, o qual responderá à pergunta sobre a construção da habitação pública.

Faça o favor.

**Coordenador do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, Chau Vai Man:** Sr. Presidente, Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, Sr. Deputado Leong Veng Chai:

No que diz respeito às despesas previstas no orçamento de 2016, sublinho que o Governo da RAEM dá grande importância à construção de habitação pública, tendo o Sr. Secretário Rosário pedido para examinarmos, com cuidado, os projectos de construção, em 2016, da mesma habitação. Devido ao facto de que alguns projectos se finalizam no ano corrente, é natural que se registre, em 2016, a diminuição do investimento lançado.

A redução das despesas com a construção de habitação pública, registada no orçamento de 2016, tem também a ver com a suspensão de alguns projectos de construção de habitação pública por estarem envolvidos em processos judiciais, nomeadamente, do projectivo de construção da Habitação Social de Mong Há, para o qual previmos verbas no orçamento de 2015. Verificada a impossibilidade da implementação desses projectos em 2016, deixámos de contar com as respectivas despesas na elaboração do orçamento de 2016.

A prorrogação justificada (como, por exemplo, muitos dias de chuva) pode levar à conclusão, em 2017, dos projectos de construção que em princípio devem terminar nos finais de 2016. Tendo isso em conta, na elaboração do orçamento de 2016, previmos o pagamento de uma parte das despesas em 2017. Como consequência disso, as despesas previstas para o ano de 2016 diminuem.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Há pouco, vários deputados prestaram atenção à subida em 1,5% da despesa prevista no orçamento de 2016, e à diminuição da receita, prevista no mesmo orçamento. Tal como referiu a Sra. Deputada Song Pek Kei, temos sempre respeito pelos princípios básicos de prudência financeira e de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas na elaboração dos orçamentos. Perante a possibilidade de redução das receitas públicas, envidámos esforços para contrair as despesas administrativas dos órgãos governamentais, na elaboração do orçamento de 2016. Não obstante a previsão da redução contínua das receitas, sob a orientação do Chefe do Executivo, procuramos manter invariável o benefício social fornecido à população de Macau. Vamos continuar a lançar recursos nos cuidados de saúde e na educação, acção governativa essa que foi mencionada há pouco pela Sra. Deputada Song Pek Kei. Para além disso, o aumento do vencimento dos funcionários públicos e o ajustamento da pensão de velhice são também factores que levam à subida do valor da despesa prevista no orçamento para o próximo ano.

Tal como expliquei há pouco, a exportação, o investimento e o consumo são os três pilares fundamentais para manter a dinâmica económica, e para garantir a prosperidade de um território. Como se sabe, no próximo ano vamos prosseguir com a implementação do Plano de participação pecuniária. A propósito disso, alguns cidadãos disseram que iam responder ao chamamento do Chefe do Executivo (o qual falou da possibilidade de distribuição de vales de consumo) de gastar as nove mil patacas atribuídas pelo Governo da RAEM no Território de Macau.

Com efeito, o gesto de redistribuição da riqueza da sociedade através da elaboração e implementação do Plano de participação pecuniária, bem como o lançamento de recursos públicos na segurança social, nos serviços de saúde e na educação, podem contribuir para promover o desenvolvimento económico da RAEM e para melhorar a qualidade de vida da sua população. Com as mencionadas garantias fornecidas pelo Governo, os cidadãos de Macau ficam menos preocupados com as pressões da vida e têm mais vontade de consumir, o que é favorável para manter a dinâmica económica do Território.

Pelo exposto, chega-se à conclusão de que a canalização dos recursos públicos para assegurar o benefício social pode permitir o melhoramento da qualidade de vida da população local, por um lado, e, por outro, estimular o consumo interno e manter a dinâmica

económica do Território. Esta é a razão que nos levou a definir as respectivas políticas.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a resposta dada pelo Sr. Secretário. Queria, porém, voltar a pedir informações sobre a utilidade dada ao dinheiro emprestado pela Administração à Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. Segundo entendo, a razão que levou o Governo a emprestar quase mil e setecentos milhões de patacas a essa sociedade deve ter sido a necessidade de apoiar a realização de determinados projectos. Sendo assim, gostaria de perguntar qual é o conteúdo destes projectos e qual é a situação da sua realização. Há pouco, as autoridades mencionaram a quantia devolvida em 2015, e a quantia que será devolvida em 2016 pela Sociedade em destaque, na altura em que a atenção da população está focalizada no respectivo assunto. Queria saber qual é o projecto de pagamento da dívida pela mesma Sociedade a partir de 2017. Espero que o Sr. Secretário possa revelar a respectiva calendarização na reunião de hoje, ou na apreciação na especialidade realizada nas reuniões da Comissão Permanente.

Em segundo lugar, queria perguntar ao Sr. Secretário se o Senhor tem o plano de pedir terrenos ao Sr. Secretário Rosário (o qual está a cumprir rigorosamente a norma relativa ao prazo de vinte e cinco anos, no qual é obrigatório o aproveitamento dos terrenos concedidos, sob pena de revogação da respectiva concessão e de recuperação dos terrenos concedidos pela Administração), para construir edifícios do Governo, por forma a evitar o pagamento de rendas caras para alugar imóveis privados onde se montam os gabinetes dos serviços públicos, e onde se armazenam os materiais e equipamentos da Função Pública. Ouvi as autoridades dizer há pouco que as rendas pagas em 2015 atingem o valor de setecentos milhões de patacas, e que se prevê o aumento dessas rendas para mil milhões de patacas no próximo ano. Penso que a construção de edifícios próprios do Governo não só permite a poupança, a longo prazo, dos recursos públicos, como também pode contribuir para baixar as rendas registadas no mercado de arrendamento.

Ainda em relação ao dinheiro emprestado pela Administração às entidades privadas, nomeadamente através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), no qual o Governo da RAEM costuma injectar verbas, queria saber quais são as despesas previstas no orçamento em análise e que têm a ver com a necessidade de emprestar dinheiro às entidades privadas pelos titulares dos principais cargos da RAEM nas diversas áreas.

Apresentei o mencionado pedido porque não é fácil perceber a utilização dos recursos públicos para o fim em referência, examinando o orçamento em destaque. Espero que o Sr. Secretário possa fornecer as respectivas informações, bem como possa explicar qual é o mecanismo criado que pode garantir que as respectivas entidades privadas devolvam ao Governo o dinheiro emprestado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Como não obtive a respectiva resposta das autoridades, queria voltar a perguntar se foram previstos o orçamento total e a distribuição desse orçamento por diferentes anos financeiros para os dezasseis programas previstos no PIDDA do próximo ano, ou, pelo menos, para os nove programas transanuais com orçamento anual de quinhentos milhões de patacas ou superior, por forma a satisfazer as exigências da nova Lei do enquadramento orçamental. Se a resposta for positiva, peço ao Sr. Secretário para nos fornecer os respectivos dados na discussão na especialidade da proposta de lei em causa, de modo que saibamos os progressos registados nas acções governativas, os quais contribuirão para um melhor controlo das despesas do PIDDA. Se o Governo não puder revelar os respectivos orçamentos totais, não teremos conhecimento dos problemas financeiros existentes, nomeadamente no respeitante à construção do metro ligeiro.

**Presidente:** Sr. Secretário Leong, faça o favor de responder às perguntas.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Agradeço, em primeiro lugar, as perguntas apresentadas pelo Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho. Em resposta às perguntas apresentadas pelo mesmo deputado, afirmo que, sob o consentimento do Chefe do Executivo, manifestei, junto dos respectivos colegas, o forte pedido de atribuição de terrenos para a construção de edifícios do Governo. Se este pedido puder ser satisfeito, podemos proceder ao respectivo planeamento. Compreendo que os colegas da equipa da área de Transportes e Obras Públicas têm as suas preocupações... Se for necessário, podemos convidar esses colegas para dar explicações nas reuniões da Assembleia Legislativa. Pela nossa parte, a análise do assunto em destaque a partir da perspectiva da gestão financeira leva-nos a apoiar a construção de edifícios do Governo, e teremos muito prazer em ver a concretização do respectivo desejo.

No que concerne ao projecto de pagamento da dívida pela Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L., a partir de 2017, informo que o respectivo pagamento será feito pela CAM em três fases distintas, consistindo a primeira fase nos pagamentos feitos em 2015 e 2016, mencionados há pouco pelo Sr. Director Iong Kong Leong. A segunda fase estende-se de 2017 a 2022, ao passo que a terceira fase se inicia em 2023. É de saber que foi definida uma fórmula relativa à forma segundo a qual a CAM devolve o dinheiro emprestado.

Se o Sr. Presidente permitir, vamos entregar, mais tarde, à Assembleia Legislativa a respectiva calendarização para referência dos Srs. Deputados. Muito obrigado.

Passarei, em seguida, a palavra ao colega da Direcção dos Serviços de Finanças, o qual responderá à pergunta apresentada pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, e que tem a ver com a publicação do orçamento dos programas do PIDDA.

Faça o favor.

**Chefe do Depart.º de Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças, Tang Sai Kit:** Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Em resposta à pergunta do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, afirmo que já pedimos aos respectivos órgãos governamentais, na altura da elaboração do orçamento de 2016, para entregarem dados sobre o orçamento previsto para os diferentes anos financeiros destinado à realização das obras públicas transanuais de grande envergadura, de modo que possamos calcular qual é o orçamento total das respectivas obras.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Tal como referiu o Sr. Deputado José Pereira Coutinho, costumamos implementar, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, projectos destinados a apoiar as pequenas e médias empresas, nomeadamente, o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas. Nos respectivos projectos, está prevista a forma segundo a qual os empréstimos contraídos serão pagos. Mais tarde, vamos entregar à Assembleia Legislativa dados sobre as verbas que serão canalizadas, em 2016, para apoiar a implementação dos respectivos projectos, para referência do Sr. Deputado José Pereira Coutinho e dos outros Srs. Deputados.

Obrigado.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela resposta dada pelo Sr. Secretário.

Ainda queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer algumas dúvidas sobre a cobrança do imposto complementar de rendimentos. Em primeiro lugar, queria perguntar se os sócios das seis empresas do jogo precisam de pagar imposto pelos dividendos que recebem. Esta é a primeira pergunta que queria apresentar.

Como se sabe, as seis empresas do jogo criaram companhias públicas no mercado bolsista de Hong Kong, o que permite a essas empresas a recolha de capitais. Não sei se o Governo da RAEM vai procurar cobrar impostos sobre os lucros obtidos pelas companhias públicas criadas pelas seis empresas do jogo, por forma a trazer ao erário público mais receitas, neste momento em que se regista a diminuição do valor do imposto especial sobre o jogo.

Espero que o Sr. Secretário possa responder a estas duas perguntas de uma forma genérica.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Leong, faça o favor de responder às perguntas.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Vou pedir ao Sr. Director Iong para responder, de uma forma concisa, à pergunta relativa ao imposto sobre os dividendos recebidos pelos sócios das seis empresas do jogo.

Não percebi muito bem a pergunta sobre a cobrança do imposto sobre os lucros obtido pelas companhias públicas criadas pelas seis empresas do jogo e, portanto, não possa dar a respectiva explicação. Peço desculpa por isso. Vamos ver se o Sr. Director Iong consegue responder a esta pergunta.

**Director dos Serviços de Finanças, Iong Kong Leong:** Vou tentar responder à... Sr. Presidente:

Vou tentar responder à primeira pergunta. Segundo a Lei do regulamento do imposto complementar de rendimentos, o imposto

complementar incide sobre os rendimentos da actividade comercial ou industrial, que as pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a sua residência ou sede, auferiram no Território. Contudo, actualmente as seis empresas do jogo não precisam de pagar o respectivo imposto, uma vez que, de acordo com a Lei do regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, quando motivo de interesse público o justifique, o Chefe do Executivo pode isentar as concessionárias, temporária e excepcionalmente, total ou parcialmente, do pagamento do imposto complementar de rendimentos. Ainda assim, conforme a legislação em vigor, os sócios das seis empresas do jogo precisam de pagar imposto pelos dividendos que recebem.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela resposta dada pelo Sr. Director.

O Sr. Director disse que, segundo a legislação em vigor, é preciso pagar o respectivo imposto. Contudo, agora não se regista esta necessidade por causa da atribuição de uma isenção especial. É isto que o Sr. Director quer dizer?

**Director dos Serviços de Finanças, Iong Kong Leong:** A isenção é atribuída às seis empresas do jogo, mas não aos sócios destas empresas que recebem dividendos.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Não há mais deputados que queiram exprimir opiniões referentes à proposta de lei em causa.

Vamos proceder, em seguida, à votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2016”.

Vamos à votação.

#### (Votação)

**Presidente:** A proposta de lei está aprovada.

Há deputados que queiram fazer declaração de voto? Não há.

Queria chamar a atenção para o seguinte: está disposto no n.º 2 do artigo 71.º da Lei Básica que compete à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau examinar e aprovar a proposta de orçamento apresentada pelo Governo. Trata-se de uma competência de grande importância. Sendo assim, espero que os colegas possam analisar muito bem os dezassete impressos preparados pela nossa equipa de assessores, nos quais há, nomeadamente, a comparação entre o conteúdo dos orçamentos dos últimos cinco anos, por forma a cumprir a sua responsabilidade. Os deputados que tenham dúvidas sobre assuntos situados na vertente financeira podem pedir auxílio aos assessores especializados na mesma vertente, os quais os vão ajudar envidando todo o esforço.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun é o presidente da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas, tendo obtido muitas ajudas dos peritos e académicos. Sendo assim, os colegas podem também pedir o respectivo apoio ao mesmo deputado.

Espero que os Srs. Deputados aprendam com entusiasmo os saberes necessários para a execução das suas funções. Penso que é inaceitável a falta de capacidade para perceber um relato financeiro

sendo deputado desde há muitos anos. Este é um pequeno pedido meu, o qual acho que é razoável.

Peço aos Srs. Deputados para lerem com cuidado os mencionados dezassete impressos, e para fazerem perguntas para esclarecer as dúvidas.

Terminamos aqui o tratamento da primeira matéria agendada para a sessão de hoje. Apresento aqui um agradecimento ao Sr. Secretário Leong e às demais autoridades presentes... que vieram cá participar na nossa reunião.

Antes de começarmos a tratar da segunda matéria agendada, vamos descansar quinze minutos.

#### (Intervalo)

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos continuar a reunião.

A segunda matéria agendada para a reunião de hoje é a discussão e a votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais”. Passarei, em seguida, a palavra ao presidente da 3.ª Comissão Permanente, o Sr. Deputado Cheang Chi Keong, o qual fará a respectiva apresentação.

**Cheang Chi Keong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Sra. Secretária Chan,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

No dia 27 de Julho de 2015, o Governo entregou à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada «Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais», que foi debatida e aprovada na generalidade pelo Plenário no dia 6 de Agosto, e submetida pelo Presidente da AL à 3.ª Comissão Permanente para efeitos de apreciação na especialidade.

Findo o intervalo da sessão legislativa, que durou dois meses, a Comissão reuniu-se no dia 30 de Outubro de 2015 para a referida apreciação na especialidade.

No dia 11 de Novembro, o Governo apresentou à AL uma versão alternativa, fixando a data da entrada em vigor, que se encontrava em falta na versão original, para o dia 1 de Janeiro de 2016.

No dia 17 de Novembro de 2015, a Comissão reuniu-se para dar continuidade aos trabalhos de apreciação na especialidade e para a assinatura do respectivo parecer. Nesse mesmo dia, o Presidente da AL enviou aos deputados cópia do referido parecer para apreciação.

Gostaria de esclarecer o Plenário sobre dois aspectos:

1. A Comissão considera necessário proceder ao ajustamento do IACM, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto, transferindo as respectivas funções, e os funcionários relacionados com a cultura

e recreio e o desporto, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para o Instituto Cultural e o Instituto do Desporto, respectivamente. Evita-se, desta forma, a sobreposição de funções e o uso irracional dos recursos, ao mesmo tempo que se melhoram a qualidade e a eficiência dos serviços, o que é de louvar.

2. A Comissão solicita ao Governo para, aquando do ajustamento das funções e transferência dos funcionários, garantir que não vai prejudicar nem os serviços nem os direitos e regalias dos funcionários.

Apreciada e analisada a proposta de lei, a Comissão entende que a mesma reúne os requisitos necessários para a sua apreciação e votação, na especialidade, pelo Plenário. Deixo agora a proposta à apreciação do Plenário. Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Vamos agora iniciar a discussão na especialidade da proposta de lei em destaque.

Vamos apreciar o artigo 1.º. Não há deputados que queiram exprimir opiniões.

Vamos proceder à votação relativa ao artigo 1.º.

**(Votação)**

**Presidente:** Está aprovado.

Passaremos, em seguida, a apreciar, na especialidade, o artigo 2.º. Srs. Deputados, façam o favor de apresentar as vossas opiniões. Não há deputados que queiram exprimir opiniões.

Vamos agora proceder à votação relativa ao artigo 2.º. Vamos à votação.

**(Votação)**

**Presidente:** Está aprovado.

Passaremos agora a apreciar, na especialidade, o artigo 3.º da proposta de lei em causa. Srs. Deputados, façam o favor de apresentar as vossas opiniões. Não há deputados que queiram exprimir opiniões.

Vamos proceder à votação relativa ao artigo 3.º.

**(Votação)**

**Presidente:** Está aprovado.

Srs. Deputados:

A proposta de lei intitulada “Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais” acabou de ser aprovada pelo hemiciclo. Há deputados que queiram fazer declaração de voto?

Não há deputados que queiram fazer declaração de voto.

Apresento aqui um agradecimento à Sra. Secretária Chan e às demais autoridades que vieram cá participar na nossa reunião. Terminamos aqui o tratamento das duas matérias agendadas para a sessão de hoje.

**Intérpretes-Tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Divisão de Redacção e Publicações